



MUDAR POLÍTICAS PARA SAIR DAS RUAS DA AMARGURA

O Governo tem que acabar com a cassete da herança, renunciar ao imobilismo e mudar de políticas para que Portugal saia das ruas da amargura. Esta a exigência feita pelo secretário-geral do PS durante a interpelação sobre a situação económica e social do País, que se realizou hoje, na Assembleia da República.

Ferro Rodrigues defendeu que "Portugal tem potencial para ultrapassar a crise", mas, para isso, o Executivo de Durão Barroso terá de assumir os seus erros e retomar o esforço pela modernização estrutural.

► Página 5

COMISSÃO POLÍTICA

PS REITERA OPÇÃO PELA PAZ E LEGALIDADE INTERNACIONAL

► Página 14

SOCIALISTAS DISCUTEM REFORMA DA PAC

PORTUGAL DUPLAMENTE PENALIZADO COM POLÍTICA AGRÍCOLA EUROPEIA

► Página 15

ENTREVISTA A ANA GOMES

BARROSO AJUDOU À LÓGICA BELICISTA

Artífice do documento aprovado por unanimidade na última reunião da Comissão da Política sobre a grave crise que o mundo atravessa, a ex-embaixadora de Portugal na Indonésia aponta o dedo ao Governo de Lisboa para o acusar de seguidismo acrítico em relação aos Estados Unidos e a Espanha, balizando simultaneamente a posição do PS. Em entrevista ao "Acção Socialista", Ana Gomes declarou que "para nós era essencial afirmar ao mesmo tempo que estávamos contra a guerra e pela autoridade do Conselho de Segurança".

► Páginas centrais



A SEMANA REVISTA

Foi aprovado por unanimidade na Comissão Política da passada quinta-feira um comunicado final relativo à intervenção no Iraque em que o Partido Socialista reafirma ser pela paz e pela legalidade internacional.

O conselho geral do Gabinete de Estudos do PS reuniu-se no passado sábado para avaliar o seu funcionamento e reflectir sobre as propostas já desenvolvidas pelos respectivos grupos de trabalho.

Culminando o périplo que efectuou por diversas empresas do País tendo em vista a interpelação ao Governo sobre matéria económica e social, Ferro Rodrigues deslocou-se na passada sexta-feira ao Centro de Emprego de Almada, para realçar que o distrito de Setúbal é um dos mais afectados pelo desemprego crescente em Portugal.

A reforma da PAC voltou à actualidade pela mão do eurodeputado António Campos que tomou a iniciativa, no âmbito da delegação socialista portuguesa em Bruxelas, de realizar um seminário para o qual convidou Capoulas Santos, o professor Agostinho de Carvalho e 40 jornalistas portugueses.

Numa inédita declaração, a propósito do desemprego, o Presidente da República lembrou ao Governo que as “pessoas não são coisas nem números”.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

JÁ CÁ CANTA

ANTOONIO COLAÇO

“O OBJECTIVO NÃO ERA LIBERTAR AS PRISÕES: ERA **ENCHER OS COFRES DO ESTADO!**
SE HOUVE CRIME, ACHO MUITO BEM QUE SE MANTENHA,
PORQUE A RECEITA **JÁ EU CÁ TENHO**”

Manuela Ferreira Leite
Público, 19.02.03



EDITORIAL

A CRISE ESTÁ AÍ E NÃO SE RESOLVE COM PALIATIVOS

Revelou-se inteiramente justa a crítica que o PS fez ao Governo, logo no início da sua actividade. Quase apetece dizer: infelizmente, tal é a gravidade da crise para que uma errada política económica e financeira e o escandaloso abandono das políticas activas de emprego conduziram já o País. Dissemos, aquando da apresentação do programa do Governo e do Orçamento Rectificativo para 2002, que a direita cometia um dislate imperdoável, ao querer transformar a todo o custo um problema orçamental real numa crise económica que então não existia. Ao contrário do que vociferou o primeiro-ministro Durão Barroso, Portugal não estava “de tanga”. Mas, ao dizê-lo e ao repeti-lo obsessivamente, incapaz de distinguir o plano da consolidação das finanças públicas e o plano do crescimento económico e do papel de motor nele desempenhado pelo investimento público, Durão Barroso constituiu-se no principal agente de desconfiança e pessimismo. Os resultados não se fizeram esperar: todos os indicadores de confiança baixaram dramaticamente ao longo de 2002, retraíram-se o investimento e o consumo.

Depois, o método usado pelo Governo para controlar o défice orçamental de 2002 foi um clamoroso erro. Em vez de apostar no controlo da despesa corrente, o Governo deixou-a derrapar, a um ritmo bem superior ao que havia sido verificado nos anos da governação do PS. Serviu-se de toda a série de expedientes para conseguir receitas extraordinárias, a maior parte dos quais são irrepetíveis, e no número dos quais se incluiu um injusto “perdão fiscal”, que premiou quem não cumpre e prejudicou mais uma vez quem paga impostos a tempo e horas. Ao mesmo tempo, o Governo cortou drasticamente no investimento público. Ora, menos investimento público, menos crescimento, maior risco de recessão.

Entretanto, a contra-reforma social da direita, com o ataque aos sindicatos, aos direitos dos trabalhadores, aos funcionários públicos, e as benesses rapidamente concedidas aos especuladores bolsistas, criaram um clima que as empresas e os empresários sem escrúpulos rapidamente aproveitaram para pôr em xeque direitos adquiridos e, aqui e ali, desafiar a própria legalidade. Os resultados estão à vista: a economia portuguesa entrou em recessão no final de 2002; estamos confrontados, pela primeira vez desde a nossa entrada na Comunidade Europeia, com o cenário de uma divergência prolongada face ao crescimento europeu. E, sobretudo, a taxa de desemprego registou um aumento de 50 por cento!

Depois de anunciada a interpelação do PS ao Governo sobre a política económica e social, e depois

da chamada de atenção do Presidente da República, o Governo veio apresentar à pressa um arremedo de programa de emergência para protecção acrescida em situações de desemprego. Poderia dizer-se “mais tarde do que nunca”, “mais vale alguma coisinha do que nada”. Mas nem isso, porque o programa passa ao lado do problema fundamental. Necessária era, sim, uma viragem de 180º na política económica e financeira e na política social do Governo. Mas isso a direita não o dará de graça: é preciso forçá-la pela determinação da nossa resistência e da nossa luta.

Os resultados estão à vista: a economia portuguesa entrou em recessão no final de 2002; estamos confrontados, pela primeira vez desde a nossa entrada na Comunidade Europeia, com o cenário de uma divergência prolongada face ao crescimento europeu. E, sobretudo, a taxa de desemprego registou um aumento de 50 por cento!



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

SAMPAIO CONSIDERA INOPORTUNAS ALTERAÇÕES AO SEGREDO DE JUSTIÇA

Para o Presidente Jorge Sampaio, este não é o momento indicado para se proceder a alterações no segredo de justiça, nem no regime de prisão preventiva.

Falando na cerimónia comemorativa das bodas de prata do Conselho Superior da Magistratura, Sampaio pediu que se adie para melhores dias as mudanças ao processo penal. É que, sublinhou, numa conjuntura em que a “divulgação de factos relativos à corrupção e a abusos sexuais sobre menores continua a suscitar enorme comção e perplexidade”, este é efectivamente “o pior momento para se debater, de forma serena e responsável, questões tão delicadas”.

Por outro lado, o Presidente da República apelou à Comunicação Social para que tenha o bom senso de “renunciar ao espectáculo pelo espectáculo, e de fazer da notícia não o episódio seguinte de um qualquer ‘reality show’, mas apenas o indispensável e rigoroso relato da marcha da justiça a fazer-se”. Isso sim, frisou, “é cumprir o dever de informar”.

Para essa marcha, frisou, “é, também, indispensável, como se tem feito notar de várias



quadrantes em diferentes registos, que o julgamento dos factos e dos seus responsáveis se faça exclusivamente nos tribunais”. À

opinião pública, recordou, “cabe apenas dar opinião, pois que julgar é função exclusiva dos tribunais”.

Após ter “separado as águas”, o Presidente da República referiu-se a dois institutos processuais - prisão preventiva e segredo de justiça - que são “temas de debate há muitos anos”. “Não esperaram pela agenda do espectáculo”, lembrou Sampaio, que não enjeitou “a necessidade de se sujeitar a aplicação da prisão preventiva ao contraditório”, nomeadamente “quanto aos indícios relativos à indispensabilidade de medida tão gravosa”.

E se “a questão do segredo de justiça está indissociavelmente ligada a interesses tão vitais do Estado como é o sucesso da investigação criminal, deve, todavia, ser sempre lembrado que ele também visa proteger o arguido e a vítima, incluindo a sua reputação”, disse.

Felizmente, salientou, “quando o segredo de justiça está a dar lugar a que o bom nome do arguido ou da vítima seja gravemente atingido, já a lei permite, quer ao Ministério Público, quer ao juiz de instrução, que venham a público, mesmo com quebra do sigilo, repor a verdade das coisas. Com o que pode dar-se alguma reparação”.

VISITAS A EMPRESAS

FERRO ACUSA GOVERNO DE IGNORAR O DESEMPREGO

Ferro Rodrigues acusou o Governo de estar a ignorar o problema do desemprego, nomeadamente nos concelhos de menor dimensão, e de ser o responsável por situações menos claras no encerramento de empresas, devido ao "seu discurso político-ideológico em que os empresários e o mercado têm sempre razão".

Durante a visita ao concelho de Figueiró dos Vinhos e à fábrica Gerry Weber, que está em fase de liquidação, o secretário-geral do PS afirmou que o Executivo PSD/PP é responsável pela transformação da recessão económica numa crise social, ao não tentar contrariar o aumento do número de desempregados.

"Não compreendo como é que nenhum membro do Governo veio aqui", disse o líder do PS, lamentando que o primeiro-ministro, Durão Barroso, opte por "ficar em Lisboa a ler os relatórios dos assessores" em vez de contactar os problemas no terreno.

Na sexta-feira, no final do seu périplo de três dias que o levou a várias zonas do País onde têm encerrado empresas de diversos sectores, Ferro Rodrigues afirmou estar "chocado" com a situação social existente e com a falta de actuação do Governo.

Por outro lado, o líder socialista criticou ainda a diferença de tratamento por parte do Executivo dos problemas sociais e económicos de concelhos como sucede em Castelo de Paiva e em Figueiró dos Vinhos.

Para contrariar a actual crise, Ferro Rodrigues reclama "medidas excepcionais que permitam responder com rapidez aos problemas", concedendo mais apoios às autarquias, benefícios fiscais a novos investidores e uma melhor formação aos operários no desemprego para que possam reintegrar-se no mercado de trabalho.

O líder do PS defende ainda que o Governo tome "medidas preventivas" para impedir o fecho de mais unidades fabris de multinacionais, nomeadamente nos casos onde estas ocupem uma parte relevante da população activa da zona, como sucede em Castelo de Paiva ou em Figueiró dos Vinhos.

Contra a teologia do mercado

"Não queremos uma selvajaria em que o mercado seja uma espécie de Deus que tudo resolve", afirmou, num discurso perante várias dezenas de trabalhadoras da fábrica de confecções Gerry Weber.

Esta visita a vários locais onde as unidades fabris fecharam as portas inseriu-se num programa de contactos directos com as populações antes da interpelação ao Governo marcada para hoje,



quinta-feira, onde o PS pretende abordar este tipo de problemas.

"É inaceitável que nenhum membro do Governo ainda não tenha estado em Figueiró dos Vinhos para avaliar o problema", defendeu Ferro Rodrigues, acusando ainda o Executivo de ter um discurso de "desresponsabilização" dos empresários, permitindo outras "condições psicológicas" para encerrar as empresas.

A empresa Gerry Weber já fechou as portas no início do ano, deixando no desemprego cerca de 160 operárias, depois de ter sido criada em 2002, contando com apoios de fundos comunitários.

No dia 21 de Janeiro, a autarquia entregou uma proposta onde reclama um "conjunto de medidas excepcionais" para o concelho, semelhante ao que já existe para a Beira Interior (afectada por uma crise na indústria têxtil), que inclui acções de formação avançada para os desempregados, programas ocupacionais de emprego ou incentivos fiscais e benefícios nos descontos para a Segurança Social a novos investidores.

No entanto, segundo Fernando Manata, presidente da autarquia, ainda não houve qualquer resposta do Executivo face a esta matéria, mantendo na expectativa o crescente número de desempregados do concelho.

Na sexta-feira passada, último dia deste seu périplo, Ferro Rodrigues, acompanhado pelos

deputados socialistas eleitos por Setúbal, esteve na parte da manhã nas instalações do Centro de Emprego de Almada.

Uma visita justificada pelo facto do desemprego no distrito de Setúbal ter voltado em poucos meses a ser um dos mais elevados do País. De referir que em três dos concelhos mais populosos - Almada, Seixal e Montijo -, o crescimento dos desempregados inscritos nos centros de emprego é superior a 30 por cento. Face a estes números reveladores de que o desemprego no distrito já atinge proporções alarmantes, Ferro Rodrigues voltou a reclamar do Governo medidas de emergência, nomeadamente políticas activas de emprego.

Sampaio lembra que pessoas não são coisas

Entretanto, a situação resultante do fecho da fábrica da Bawo, em Estarreja, e a determinação das suas trabalhadoras na defesa dos seus postos de trabalho, levou o Presidente da República a receber a comissão de trabalhadores daquela empresa, tendo Jorge Sampaio, no final da audiência, feito uma "declaração inédita" sobre os mais recentes acontecimentos na "Bawo".

Na declaração, Sampaio sublinha que "num país desenvolvido e com políticas sociais activas e dotadas de 'sensibilidade', o desemprego não

é o 'fim da linha', não é o precipício, é antes um incidente sem dúvida grave mas gerível de forma tripartida: com o Estado, a empresa e os trabalhadores".

E acrescenta que "a gestão moderna e responsável não é compatível com o secretismo nem com o escamotear dos problemas, sobretudo quando estão em causa pessoas, que não são 'coisas' nem 'números'".

O PS, através do seu porta-voz Paulo Pedroso, congratulou-se com a declaração do Presidente da República, salientando que "é absolutamente importante que a autoridade do Estado não permita abusos contra os trabalhadores", afirmou o porta-voz socialista. Segundo Paulo Pedroso, na "Bawo", as trabalhadoras estão a ser vítimas de um "lock-out" ilegal, situação perante a qual disse não poder haver "qualquer atitude de complacência" por parte do Governo, ou do poder autárquico de Estarreja.

"A autoridade do Estado serve precisamente para impedir esses abusos, como o Presidente da República muito bem salientou", referiu ainda o dirigente socialista.

Com as orelhas a arder, depois de longos meses de inércia e insensibilidade social face ao agravamento do desemprego que considerava natural, o Governo aprova em 24 horas um plano de incentivos ao emprego, que foi de imediato desmontado por Paulo Pedroso.

«Já alguém viu o senhor primeiro-ministro a descobrir onde estão os problemas dos portugueses? Já alguém viu o senhor primeiro-ministro a visitar e a inteirar-se dos problemas das pessoas, dos problemas concretos das pessoas que vêem os seus problemas ameaçados?», questionou Paulo Pedroso no Parlamento.

Para o antigo ministro do Emprego, o novo programa simboliza também que o Governo está conformado com a ideia de crise.

«É pouco, é muito pouco, que hoje nos venham dizer que vão sobrecarregar o Orçamento da Segurança Social com algumas medidas de protecção. É um sinal de que se conformaram com esta crise, que não têm uma ideia de como retomar o investimento, sobre como reanimar a economia, sobre como retomar o emprego», defendeu.

Entretanto, o presidente da Federação do PS/Leiria, José Miguel Medeiros, criticou a falta de apoios do Governo a Figueiró dos Vinhos, cujo maior empregador da região encerrou as portas.

Em comunicado, José Miguel Medeiros acusou o Executivo de direita de "ignorar ostensivamente" a crise no norte do distrito de Leiria, preferindo outros "casos mais mediáticos" como Castelo de Paiva, para onde aprova medidas especiais de apoio".

E acrescenta: "Este tratamento diferenciado revela que para o Executivo há cidadãos de primeira e cidadãos de segunda".

J. C. CASTELO BRANCO

INTERPELAÇÃO AO GOVERNO

UM PAÍS NAS RUAS DA AMARGURA

O Governo tem que acabar com a cassette da herança, renunciar ao imobilismo e mudar de políticas para que Portugal saia das ruas da amargura. Esta a exigência feita pelo secretário-geral do PS durante a interpelação sobre a situação económica e social do País, que se realizou hoje, na Assembleia da República. Ferro Rodrigues defendeu que "Portugal tem potencial para ultrapassar a crise", mas, para isso, o Executivo de Durão Barroso terá de assumir os seus erros e retomar o esforço pela modernização estrutural.

"Quando os sinais do desemprego são impossíveis de esconder, quando a crise social não permite que se olhe para ela como um mero efeito secundário dos ajustamentos económicos, o Governo limita-se a agitar um conjunto de intenções, de promessas para o futuro, de novas leis que não se sabe quando estarão activas, quanto custam, quantos serão os seus beneficiários", denunciou o líder socialista, desafiando Durão Barroso a fazer o que já deveria ter feito: "Reforçar os apoios ao emprego, o apoio à colocação de jovens nas empresas, a formação para os que dela necessitam para manter o seu emprego e para melhorar o seu futuro".

Depois de lembrar que as estatísticas relativas ao terceiro trimestre de 2002 confirmam o facto de os portugueses estarem a viver uma "muito séria crise económica", Ferro Rodrigues alertou para as estimativas "cada vez mais pessimistas" que vão sendo feitas para 2003.

"Portugal vai crescer menos que a União Europeia durante três anos consecutivos", alertou o secretário-geral do PS, que responsabilizou inteiramente o Governo pela actual situação.

"Como na velha cassette, falar-nos-ão da herança. Mas o País que herdaram para governar não era um país onde o sentimento económico caía todos os meses. Não era um país onde as expectativas dos agentes caíam para os patamares mais baixos de sempre. Não era um país de desemprego. Esse é o país que a vossa gestão criou: um país nas ruas da amargura", frisou Ferro, ressaltando que nem a crise do Iraque e o Saddam Hussein podem ser bodes expiatórios na quebra de 12 por cento no investimento privado ou no disparar do desemprego.

Para o líder do PS, foi o irresponsável e desencorajador "discurso da tanga", as acções e omissões do Executivo, a par de um evidente "insensibilidade social" face aos efeitos perversos do desinvestimento e do desemprego fizeram derrapar a economia nacional.

Apesar não saber ao certo quem ganha com as



políticas falhadas do Governo, Ferro Rodrigues garantiu saber quem está de facto a perder: "São as famílias que deixaram de ter poder de compra e são em especial os 90 mil desempregados do segundo semestre do ano passado". E porque "um acréscimo de dois pontos na taxa de desemprego não é, em Portugal, uma coisa menor", o secretário-geral advertiu que se o défice das contas públicas - obsessão do Governo -, é certamente importante, "o défice de emprego é, actualmente, o principal défice do País".

Por ter centrado toda a sua política no controlo das finanças públicas, o Executivo, destacou Ferro, não quer assumir que errou, mascarando o falhanço orçamental com expedientes extraordinários e irrepetíveis, que outrora atacara como crimes de lesa pátria.

O líder do PS aconselhou ainda o Governo de direita a não insistir na política de cortes de investimento público, sob pena de arrastar Portugal para "a mais grave crise social de há décadas a esta parte".

Perante um País sem rumo, o PS de Ferro Rodrigues exige do Governo novas respostas para a situação de emergência, desafiando-o a

explicar "como vai executar um Orçamento de Estado que está já completamente desacreditado nos seus fundamentos". Os socialistas, disse Ferro, querem saber se a equipa governativa de Durão Barroso está em condições de assumir o compromisso de executar integralmente o PIDDAC, apresentar ao Parlamento uma revalidação do Orçamento da Segurança Social e de apresentar ao País um plano de emprego, uma política de apoio às empresas em risco, envolvendo agentes privados e públicos.

Corrigir a rota

No encerramento da interpelação parlamentar, a vice-presidente da bancada socialista Elisa Ferreira acusou o Governo de, em menos de um ano, ter transformado a imagem externa e interna de Portugal numa "caricatura de pobre diabo, incompetente, aldrabão e de tanga". Segundo a deputada do PS, de um país considerado internacionalmente como protagonista de uma das trajectórias mais rápidas de aproximação aos níveis de desenvolvimento da Europa, passamos a ser o País da UE "onde os agentes económicos têm

perspectivas mais pessimistas; onde, desde Abril de 2002, todos os indicadores de confiança mais rapidamente desceram; onde, desde a indústria aos serviços, as expectativas para o futuro são mais negras; e a confiança dos consumidores na economia atingiu o seu mínimo de sempre".

Esta degradação social e económica de Portugal deve-se, na opinião da parlamentar socialista, a um desígnio nacional mal identificado pelo Executivo de Durão Barroso e a políticas e prioridades erradamente escolhidas.

Neste contexto, "Portugal necessita que, urgentemente, as enormes lacunas do pensamento do Governo sobre o País sejam preenchidas", defendeu Elisa Ferreira, para quem se consolida a cada vez mais a "convicção" de que "estamos a percorrer um caminho de equívocos e, de equívoco em equívoco, a dirigirmos para o abismo".

Assim, alerta, "com uma crise geral instalada, é vital que o Executivo reveja as suas opções e finalmente faça o seu plano de governo", convencendo os portugueses de que consegue, pelo menos, "limitar os estragos causados pelos erros das suas próprias políticas".

MARY RORIGUES

TRABALHO

PS DEFENDE MÍNIMO DE HORAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL CERTIFICADA

A Assembleia da República vota hoje, na generalidade, um projecto de lei do PS que estabelece o direito dos trabalhadores a um número mínimo de 20 horas de formação profissional certificada.

O deputado Rui Cunha, um dos signatários do diploma, disse ao "Acção Socialista" que a iniciativa do grupo parlamentar "reproduz o Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação" aprovado pelos parceiros sociais no tempo em que Paulo Pedrosa era ministro da tutela.

O projecto socialista visa "promover a formação profissional contínua e adequada de modo a corrigir os défices de qualificação e de formação profissional do País e a garantir a empregabilidade presente e futura".

Na exposição de motivos do documento, recorda-se que durante a governação do PS foi celebrado um acordo com todos os parceiros sociais nos termos do qual se prevê a adopção de um conjunto de medidas com o fim de "corrigir o atraso de Portugal neste domínio e garantir aos trabalhadores portugueses o acesso a formação contínua ao longo da vida".

De entre as medidas constantes do referido acordo, os parlamentares socialistas destacam a institucionalização do "direito anual de todos os trabalhadores a um número mínimo de 20 horas de formação certificada".

Este limite - retomado no projecto de lei, que corresponde na íntegra ao acordo - aumentará progressivamente até atingir as 35 horas anuais em 2006.

Se o projecto de lei do PS for aprovado, este direito à formação certificada poderá ser exercido potestativamente caso o empregador não tiver criado condições para que o trabalhador seja beneficiário do mesmo



durante um triénio. Preve-se ainda, a título excepcional e mediante acordo do trabalhador ou por norma constante de convenção colectiva, a acumulação do mínimo anual de horas de formação num período máximo de três anos, nas situações em que a entidade empregadora, por facto que não lhe seja imputável, não organize ou não assuma a responsabilidade pela organização de formação certificada. O incumprimento desta norma é classificada no texto do PS como "contra-ordenação grave".

Recorde-se ainda que o citado acordo assinado pelos parceiros sociais, a 9 de Fevereiro de 2001, definia também as condições de promoção da qualidade de formação - a acreditação -, o desenvolvimento da formação profissional, a formação inicial e a elevação dos níveis e da qualidade de emprego. O grupo parlamentar socialista retomou o conteúdo deste texto no projecto de lei, definindo, nomeadamente, as normas sobre os métodos de certificação, o conteúdo, o horário da formação profissional e os efeitos

da não frequência da formação pelo trabalhador. O deputado Rui Cunha considera que "a aprovação da proposta socialista significa o respeito pelo acordo estabelecido entre todos os parceiros sociais" e "devia ser respeitada pelo Governo e pela maioria". Cunha defende ainda que, nesta questão, devia haver consonância com a discussão do Código do Trabalho que está a decorrer na especialidade.

M.R.

REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

SOCIALISTAS PREPARAM PROJECTOS PARA PARIDADE E LIMITAÇÃO DE MANDATOS

O direcção da bancada do Partido Socialista aprovou ontem um conjunto de projectos para a paridade e limitação de mandatos a apresentar em breve à Assembleia da República, iniciativas que visam ser mais um contributo do PS para a reforma do sistema político.

Segundo o parecer do Tribunal Constitucional, uma alteração como a que é proposta pelo GP/PS carece da abertura de um processo de revisão da Lei Fundamental.

Todavia, esta é uma questão pouco pacífica, tanto mais que o líder socialista fez depender um tal "empreendimento" da existência de um



consenso quanto às matérias a rever, no âmbito dos trabalhos da Comissão para a Reforma do Sistema Político. A este propósito, o deputado socialista Alberto Martins recordou ao "Acção Socialista" que Ferro Rodrigues já se pronunciara sobre esta matéria, referindo-se apenas a uma revisão constitucional "pontual, rápida e cirúrgica". Quanto à limitação de mandatos, os deputados do PS querem fixá-los em três para os titulares de cargos autárquicos e dirigentes de institutos públicos. No caso das autoridades reguladoras, o mandato será de

cinco anos e não renovável. Já sobre o projecto para a paridade, os socialistas pretendem estender as suas regras internas à actividade política, tendo as listas de candidatos à Assembleia da República ou às autarquias de possuir uma percentagem mínima 33 por cento para cada um dos sexos. Alberto Martins adiantou que esta é uma norma que retoma um anterior projecto do PS e frisou que o documento a debater no hemiciclo de São Bento já prevê sanções para o seu incumprimento.

M.R.

IRAQUE

SOCIALISTAS VOTAM PELA PAZ

O PS saudou a União Europeia (UE) por esta ter assumido uma posição comum sobre o Iraque, reafirmando, porém, que qualquer decisão por parte do Governo português no sentido da acção militar deve ser enquadrada num mandato do Conselho de Segurança.

Este o teor do voto socialista apresentado, terça-feira, após a maioria parlamentar de direita ter inviabilizado, em conferência de líderes, o agendamento de um projecto de resolução dos socialistas sobre a crise internacional.

No documento, os deputados do PS regozijam-se “com a declaração do Conselho da União Europeia” sobre o Iraque, porque nessa resolução, aprovada segunda-feira em Bruxelas, vincula-se a actuação dos Quinze “às Nações Unidas como centro da ordem internacional”.

A bancada socialista manifesta também satisfação pelo facto da UE “afirmar que a guerra não é inevitável”, admitir o “emprego da força apenas como último recurso” e ainda declarar “pleno apoio à acção dos inspectores”, sublinhando que “deverão dispor do tempo e dos recursos que o Conselho de Segurança entenda necessários”.

No voto, os parlamentares socialistas saudaram igualmente a aprovação por unanimidade da resolução comunitária, congratulando-se pelo facto de “o Governo português a ter viabilizado”. O Grupo Parlamentar do PS recomendou ao Executivo de Durão Barroso que cooperasse com os seus parceiros no âmbito da União Europeia, NATO e Nações Unidas”, sobretudo, “no sentido de activamente favorecer todos os meios



pacíficos, persuasivos e coercivos que levem o Iraque a desarmar”.

Os socialistas consideram que o Governo português “não deverá participar nem apoiar qualquer acção militar contra o Iraque que não resulte de claro mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas”.

Recuo total

O GP/PS lamentou a recusa das bancadas do PSD e do CDS-PP em agendar uma reunião

extraordinária do Parlamento sobre o Iraque, embora registe “o recuo total” do Governo de Lisboa no Conselho Europeu, segunda-feira, em Bruxelas.

Segundo o líder da bancada socialista, António Costa, os Quinze aprovaram uma resolução que “corresponde inteiramente às posições” defendidas pelo PS em relação à questão iraquiana.

“A União Europeia aprovou uma resolução em que apenas se aceita o uso da força em última instância - e no quadro de uma decisão do

Conselho de Segurança -, em que se considera que os esforços por uma solução pacífica não estão esgotados e concedendo mais tempo aos inspectores das Nações Unidas”, apontou Costa.

De acordo com o presidente do GP/PS, o Governo, ao subscrever esta resolução da UE, “foi obrigado a proceder a um recuo total” face à sua posição inicial.

Na conferência de líderes de terça-feira, o PS pretendeu agendar para 25 de Fevereiro uma reunião extraordinária do Parlamento, onde seria discutido um seu projecto de resolução, condicionando qualquer participação militar portuguesa no Iraque a uma decisão nesse sentido aprovada no quadro das Nações Unidas.

No entanto, António Costa lamentou que o PSD e o CDS-PP tivessem inviabilizado o agendamento da iniciativa socialista, razão pela qual, agora, os deputados do PS transformaram o seu projecto de resolução em voto apresentado ao plenário da Assembleia da República.

Recorrendo à figura regimental do voto, os socialistas obrigam assim o Parlamento a discutir e votar o seu documento em plenário. “Na segunda-feira, o Conselho Europeu fechou claramente a porta a uma acção militar unilateral dos Estados Unidos no Iraque. É também importante que a Assembleia da República feche a porta a essa possibilidade”, explicou Costa.

REQUERIMENTO

MANUELA MELO QUER INFORMAÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO ACTUALIZADO DA CULTURA

A deputada socialista Manuela Melo apresentou na mesa da Assembleia da República três requerimentos dirigidos ao ministro Pedro Roseta, questionando-o sobre algumas questões de relevante importância da actividade do Ministério da Cultura.

No primeiro requerimento a deputada quer saber “qual o orçamento actualizado do Ministério da Cultura, discriminado pelos diversos serviços, organismos e fundos autónomos”. No caso em particular do ICAM, Manuela Melo pede que sejam incluídas “as verbas adicionais conseguidas através da renegociação dos prazos de pagamento das dívidas das televisões públicas”.

Em causa estão as afirmações de vários responsáveis desses organismos e fundos autónomos à Comunicação Social, e em cerimónias públicas em que participaram, defendendo “a necessidade de reforço orçamental em 2003, dando como justificação a exiguidade do orçamento aprovado, ainda agravado com os cortes equivalentes às verbas que deveriam - mas não foram - pagas em 2003”.



Num outro requerimento, Manuela Melo e o seu colega de bancada Luís Fagundes Duarte questionam o ministro da Cultura sobre o processo de fusão do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e do Instituto Português de Arqueologia (IPA), cujos prazos há muito foram “escandalosamente ultrapassados”.

Assim, “perante a demora do processo de fusão dos dois institutos, e considerando que a natural observação em detalhe dos impactos negativos dessa fusão ressaltaram decerto do trabalho de análise feito ao longo de oito meses que já passaram sobre a decisão de os fundir”, os parlamentares socialistas questionam o ministro da Cultura sobre se “foram encontradas razões suficientes de operacionalidade e eficácia para justificar a fusão do IPPAR e do IPA” e “quanto tempo mais vai decorrer, após a ultrapassagem dos prazos legalmente estipulados”.

Os deputados do PS perguntam ainda “que economias de escala foram detectadas ao longo deste processo de estudo da fusão” e “que metodologia de trabalho e decisão vai ser privilegiada no novo organismo: os métodos baseados na responsabilidade generalizada e na leveza dos procedimentos típicos do IPA ou os procedimentos mais burocratizados, lentos e centralizados do IPPAR?”

No terceiro requerimento, Manuela Melo questiona o processo de atribuição de verbas

ao Auditório Nacional Carlos Alberto (ANCA) e ao Teatro Nacional S. João, ambos no Porto. Em causa está o decreto-lei que integra o Auditório Nacional Carlos Alberto no Teatro de S. João, passando para a responsabilidade deste a programação e pessoal do IPAE afecto ao ANCA.

Assim, considerando que o valor total das verbas do OE para 2003 atribuídas ao Teatro de S. João representam “um corte orçamental significativo”, a deputada Manuela Melo solicitou ao Governo, através do Ministério da Cultura, informações sobre “quais as verbas transitadas do IPAE para o TNSJ destinadas a suportar, em 2003, as despesas gerais de funcionamento do ANACA, as despesas com o pessoal que se manterá afecto ao ANCA e a programação do ANCA”.

A deputada do PS quer saber ainda “qual o montante anual que, a partir de 2004, o IPAE e o TNSJ consideram como mínimo necessário ao trabalho anual a desenvolver no ANCA” e “qual é a lista de pessoal a dispensar”.

SOCIALISTAS PEDEM ESCLARECIMENTOS SOBRE FUTURO DOS CENTROS REGIONAIS DA RTP

A anunciada fusão dos centros regionais da RTP e da RDP de Faro motivaram um requerimento assinado pelos deputados socialistas José Apolinário, Jamila Madeira, Maria do Rosário Carneiro e Luís Carito. "A RTP desenvolveu ao longo dos últimos anos um projecto de serviço público de televisão com uma janela regional, cujo futuro está hoje comprometido", diz o documento subscrito pelos deputados eleitos pelo Algarve.

Os parlamentares socialistas consideram que "um canal por cabo não suprirá este serviço público, dele excluindo uma parte significativa da população".

Perante estes factos, os subscritores do requerimento querem que o ministro da Presidência explique o que pretende fazer desta "janela regional" até agora inserida na RTP-Regiões.

Os socialistas pedem ainda esclarecimentos ao Executivo sobre "os contornos precisos da anunciada fusão da RTP e RDP de Faro e como se processará a utilização dos recursos humanos e logísticos existentes nestes centros de emissão".



GUARDA

PS QUER EXPLICAÇÕES SOBRE INSTALAÇÕES DA PJ

Os deputados socialistas Fernando Cabral e Pina Moura entregaram um requerimento na Assembleia da República a solicitar ao Governo informações acerca da construção das novas instalações da Polícia Judiciária na Guarda.

Fernando Cabral e Pina Moura recordam que em resposta a um requerimento apresentado em Julho, sobre este assunto, a ministra da Justiça informava que o "Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça vai lançar no corrente ano o concurso público para a execução do projecto do edifício para as novas instalações da Polícia Judiciária da Guarda", o que até hoje não veio a acontecer.

Neste contexto, os deputados socialistas solicitam à ministra da Justiça explicações sobre se o concurso público para a execução do projecto do edifício da PJ foi ou não lançado. No caso de não ter sido lançado o concurso público, Fernando Cabral e Pina Moura querem saber quais as razões do atraso e para quando se prevê o seu lançamento.

EURO-2004

ATRASOS NAS ACESSIBILIDADES AO ESTÁDIO DA LUZ

Os atrasos nas acessibilidades ao Estádio da Luz foram objecto de um requerimento entregue na Assembleia da República pelo deputado socialista Laurentino Dias.

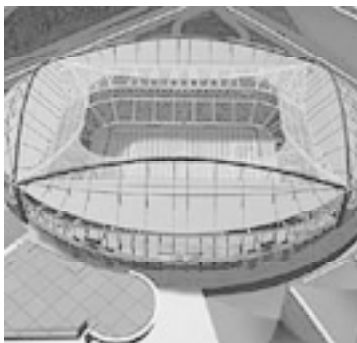
Segundo o parlamentar socialista, as respectivas e necessárias acessibilidades nem sequer se iniciaram e, por isso, desconhece-se o prazo previsto para a sua conclusão".

O deputado socialista recorda que o Gabinete do secretário de Estado das Obras Públicas elaborou um relatório em Novembro, onde se afirmava que a propósito da candidatura das acessibilidades a este estádio "o IEP preparou uma minuta do contrato programa e remeteu-o à Câmara de Lisboa para avaliação", mantendo-se esta situação até hoje.

Laurentino Dias questiona o Governo sobre se "tem consciência da importância fundamental das acessibilidades a este estádio no compromisso global assumido relativamente ao Euro-2004".

Outra questão que o parlamentar socialista quer ver esclarecida tem a ver com a razão da não assinatura deste contrato até à data e, portanto, do não início das obras.

O subscritor do documento quer ainda explicações do Executivo relativamente às consequências deste atraso na disponibilidade do estádio para os jogos nacionais de 2003/2004 e para o Euro-2004.



JAMILA MADEIRA QUESTIONA EXECUTIVO SOBRE FIM DO SMO

Jamila Madeira entregou um requerimento na Assembleia da República a solicitar informações ao Governo sobre o fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO).

A deputada socialista recorda uma notícia publicada no jornal "Público", em que a Juventude popular manifesta ser favorável ao adiamento do fim do SMO até 2006.

Uma vez que o ministro da Defesa não fez comentários sobre estas afirmações, Jamila Madeira quer saber se esta pode ser considerada a posição do Governo relativamente ao SMO.

A parlamentar também pede esclarecimentos ao Governo sobre as medidas que "pretende e está a levar a cabo no sentido do cumprimento da lei, ou seja, o fim do SMO na data legalmente prevista".



INTERVENÇÃO DE VICENTE JORGE SILVA

UM TIGRE DE PAPEL CHAMADO JARDIM

Vicente Jorge Silva afirmou no Parlamento ter ficado “atónito” com as “amplas repercussões políticas” que teve a sua proposta de realização de um referendo nas regiões autónomas, salientando que esta iniciativa permitiu mostrar, com toda a evidência, que “Alberto João Jardim não passa de um pequeno tigre de papel”.

Para o deputado do PS, “as mais recentes e exuberantes declarações de anti-separatismo, de portuguesismo acendrado” do chefe do Governo Regional da Madeira, sublinhando “o orgulho que o povo da Madeira tem em ser português, vão certamente ficar para a História”.

E lembrou, a propósito, que ainda em Julho do ano passado Jardim afirmava taxativamente: “Se Lisboa continuar a impor a sua vontade unilateral, então é que Lisboa não nos quer no seio da pátria portuguesa”.

Numa intervenção que teve como objectivo, segundo sublinhou, “clarificar a sua posição” sobre a proposta de realização de um referendo, Vicente Jorge Silva disse que “as pressões a que recentemente assistimos com vista a um novo processo de revisão constitucional foram suscitadas, antes de mais, por novas reivindicações e exigências de transferência de poderes a favor do Governo da Madeira, com o objectivo de consumar a ‘autonomia total’ da região e do seu proclamado ‘povo superior’”.



Porém, explicou, “o que através desse expediente se pretende, antes de mais, é assegurar o livre arbítrio total do regime de ‘excepção democrática’ que vigora na Madeira há mais de um quarto de século, submetendo todas as áreas da sociedade a uma rede cada vez mais asfíxiante de clientelismos, lóbis e interesses instalados, subsidi dependências e subserviência política, ameaçando o pluralismo

e as liberdades públicas”.

“‘Autonomia total’ para quem, em benefício de quem? Do povo madeirense ou de um poder político tentacular que condiciona e tutela todos os espaços efectivos de autonomia da sociedade civil e a torna estreitamente dependente dos critérios, favores e arbítrios governamentais?”, pergunta o ex-jornalista. A pretexto disso, afirma, “a soberania

portuguesa vem sendo sistematicamente afrontada como se se tratasse de uma nefanda herança ‘colonial’, enquanto a população nascida no continente se vê tratada vexatoriamente como ‘cubanos’ e o espaço continental português é classificado desprezivelmente como ‘rectângulo’”.

Sobre isto, insurge-se o deputado do PS, “nada se tem ouvido da parte das delicadas sensibilidades patrióticas que agora se indignam hipocritamente com a mera proposta de um referendo”, que, sublinha, assumiu “como um gesto pessoal minoritário, quixotesco, poético e provocatório”.

Guilherme Silva incompatível

Entretanto, a contundente intervenção de Vicente Jorge Silva causou uma indistigável irritação na bancada laranja, particularmente em Guilherme Silva, que saiu em defesa do seu correligionário.

No decorrer da acesa discussão que se gerou entre os dois parlamentares, o deputado Vicente Jorge Silva considerou ser eticamente incompatível a acumulação de líder da bancada laranja com a função de advogado do Governo Regional da Madeira, ambas as actividades desempenhadas por Guilherme Silva.

J. C. CASTELO BRANCO

GUILHERME D’OLIVEIRA MARTINS AFIRMA

CREDIBILIZAR REGULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA É IMPERATIVO NACIONAL

Há muito defendido pelo PS, “a credibilização do sistema de regulação da concorrência económica é um imperativo nacional”, sublinhou Guilherme d’Oliveira Martins no debate parlamentar da proposta de lei da concorrência apresentada pelo Governo.

O deputado do PS lembrou que foi, aliás, o anterior Governo que avançou com o processo que conduziu à consagração da nova Autoridade da Concorrência, graças ao competente trabalho de José Luís Vilaça, e que agora culmina no diploma governamental”.

O parlamentar do PS afirmou que “analisando a proposta do Governo verificamos ser possível ir mais além”, acrescentando que, de facto, “não estamos perante mudanças profundas e significativas ao regime em vigor, em especial se quisermos vê-las como ‘questões estruturalmente inovadoras’, que nos permitam aferir as evoluções a que o Executivo se refere, em particular aquelas que ocorreram tanto na União Europeia como nos Estados Unidos”.

No entanto, Oliveira Martins salientou que “merece destaque pela positiva o maior rigor e correcção dados aos aspectos processual e



procedimental, ou o capítulo das sanções, que é objecto de regulamentação mais precisa”. O deputado do PS considerou, porém,

indispensável em sede de especialidade “a introdução de correcções em alguns domínios onde há reparos”, como, por exemplo, “a

concentração excessiva de competências na nova Autoridade da Concorrência”; “o abandono do critério dos limiares de dominância presumida com base na quota de mercado”; “o facto de se fazer depender o montante da penalização pecuniária do volume de negócios da empresa”; e “a não previsão do destino a dar às coimas”. Considerando que a presente proposta de lei “assegura uma razoável revisão, actualização e modernização da legislação de enquadramento da concorrência em Portugal”, o parlamentar socialista defendeu que, contudo, “impõe-se assumir a este propósito uma atitude construtiva e exigente que eleve a defesa da concorrência à salvaguarda da competitividade e da convergência real da nossa economia com os países europeus”.

Por isso, disse, “o Parlamento deverá acompanhar em permanência a prática e o aperfeiçoamento deste novo regime. Em estreita articulação com a evolução da legislação e jurisprudência comunitárias, em nome da defesa da concorrência, da sua competitividade e dos direitos dos cidadãos”.

J.C.C.B.

ENTREVISTA A ANA GOMES

BARROSO AJUDOU À LÓGICA BELICISTA

Ainda não refeita do *jet lag*, mal chega a Lisboa Ana Gomes assume de imediato o pelouro das Relações Internacionais no Secretariado Nacional do PS. É, pois, neste posto com gabinete no Largo do Rato que tem lidado com a crise do Iraque. Artífice do documento aprovado por unanimidade na última reunião da Comissão da Política sobre a grave crise que o mundo atravessa, a ex-embaixadora de Portugal na Indonésia aponta o dedo ao Governo de Lisboa para o acusar de seguidismo acrítico em relação aos Estados Unidos e a Espanha, balizando simultaneamente a posição do PS. "Para nós era essencial afirmar ao mesmo tempo que estávamos contra a guerra e pela autoridade do Conselho de Segurança", assegura. Em entrevista ao "Acção Socialista", Ana Gomes confessa que foi um forte imperativo de cidadania, a vontade de intervir mais politicamente e o desafio do secretário-geral que a fez ultrapassar as "relutâncias" de se ver submetida à disciplina partidária. Em coerência com os valores e princípios que defende foi, assim, natural a adesão ao PS, numa trajectória de aproximação que remonta aos Estados Gerais. Não querendo ficar confinada às relações internacionais, diz-se disponível para se deslocar a todos os sítios para onde for solicitada e deixa um apelo à participação das mulheres na política.



completamente. Durante os últimos 12 anos tornou-se exímio no jogo do rato e gato com a ONU e por isso sempre resistiu a abrir-se integralmente às inspecções. Ora quem não deve, não teme.

Mas voltando à declaração da Cimeira Europeia de dia 17, também é positivo que a substância dela corresponda, efectivamente, à análise do PS sobre a maneira de lidar com esta crise do Iraque: esgotando todos os meios pacíficos ao alcance da ONU para convencer, obrigar Bagdad a desarmar - e eles não estão esgotados.

A unidade obtida pelos Quinze em Bruxelas consubstancia, assim, no fundo as posições que o PS vinha a defender?

Exactamente. E encurrala aqueles que consideram a guerra inevitável e que estão preparados para apoiar qualquer guerra, mesmo contra os princípios da Carta das Nações Unidas e a autoridade do Conselho de Segurança. Aqueles que acham que os EUA vão inexoravelmente atacar o Iraque, se resignam e não se importam em vergar - e fazer vergar o mundo - à lei do mais forte.

A declaração da Cimeira Europeia não respalda uma posição dos que aceitam inelutavelmente a guerra. É curioso, de resto, que a declaração europeia utilize várias frases que coincidem exactamente com expressões que estão no Comunicado que foi aprovado por unanimidade na Comissão Política do PS no passado dia 13: o afirmar que «a guerra não é inevitável», que os meios pacíficos não estão esgotados, que o caminho para lidar com o Iraque é através do reforço das inspecções dando aos inspectores «o tempo e os meios necessários» e também, e fundamentalmente, o reafirmar de que, para a Europa, a ONU continua a ser o centro da ordem internacional.

Quais são então as razões para esta guerra contra o Iraque, agora?

São razões que têm a ver com interesses económicos e estratégicos da Administração

americana na região e até com conveniências políticas internas e que exploram a psicologia do povo americano, terrivelmente afectada desde os horrendos ataques do 11 de Setembro. Mas infelizmente os EUA e outros países ocidentais, designadamente aqueles que tanto invocam agora os crimes de Saddam contra o seu próprio povo para construir uma pretensa argumentação «moral» das suas teses belicistas, nunca fizeram realmente nada que ajudasse o povo do Iraque a libertar-se do ditador Saddam. Antes pelo contrário: forneceram-lhe as armas químicas e outras que ele utilizou contra a guerra que começou contra o Irão nos anos 80 e que utilizou para exterminar mais de 5.000 curdos iraquianos da aldeia de Halabja em Março de 1988. Depois, pouparam-no deliberadamente em 1991, no fim da guerra do Golfo...E depois, ainda, acabaram por o reforçar no poder em Bagdad, impondo um regime de sanções económicas ao Iraque que só agravou devastadoramente as condições de vida do povo iraquiano, o Saddam continuou alegremente a construir palácios. Mais, com esse perverso regime de sanções, determinaram o isolamento do povo iraquiano e não fomentaram os contactos nem proporcionaram os meios que poderiam ter ajudado os iraquianos a derrubar Saddam. Não tenhamos ilusões, também são interesses económicos ligados ao petróleo e não só, além de outros aspectos de afirmação estratégica na região e mundialmente, que determinam as posições que vemos a França, a Rússia e a China tomar nesta crise.

Quais as consequências para o futuro da Aliança Atlântica do braço-de-ferro entre a França, a Alemanha e a Bélgica e os restantes países da organização, a propósito de ajuda à Turquia no caso deste país sofrer um eventual ataque de retaliação por parte do Iraque?

Essa questão está resolvida. Os aliados da NATO já se puseram de acordo.

Mas a França não...

A França não faz parte do Comité de Militar onde se resolveu o assunto. Mas a França anuiu à solução e explicitou, mesmo à margem dessa reunião, que nunca esteve em causa o apoio francês em caso de ataque à Turquia. Aquilo a que França, Alemanha e também a Bélgica se opuseram foi o estarem a ser solicitados para declarar sair em defesa dum parceiro que ainda não fora atacado, porque essa solicitação visava aprofundar uma lógica de guerra para resolver o problema do Iraque, lógica essa com que eles não concordavam. Esses três países declaram também logo que, se acaso a Turquia fosse atacada, não hesitariam em socorrê-la, nos termos das suas obrigações de aliados na NATO. Mas esse problema está já resolvido. O que não está resolvido é, agora, outro problema - é que a própria Turquia quer compensações monetárias dos EUA para os custos que vai arrostar em caso de guerra, por se ver privada das receitas do turismo, por se ver inundada de refugiados, etc..., além dos custos humanos e outros que sofrerá se for atacada. Aparentemente, ambos estão ainda a mercadejar o preço.

Mas há quem tenha visto neste braço-de-ferro sobre a Turquia o fim da própria NATO? Bom, há quem veja isso, não só do lado europeu, mas também do outro lado do Atlântico. O senhor Donald Rumsfeld, secretário de Estado da Defesa americano, por exemplo há muito tempo que vem sistematicamente desvalorizando a NATO como um instrumento ultrapassado, que serviu para o tempo da guerra-fria, mas agora já não tem razão de ser. Há certamente elementos para pensar dessa maneira, tal como há para sustentar que a NATO, apesar de tudo, mantém validade e interesse. A verdade é que mesmo os que pensam que a NATO já não tem justificação, não hesitam em recorrer à NATO - justamente nesta crise e a pretexto duma possível retaliação iraquiana sobre a Turquia. Enfim, o futuro da NATO ainda está por definir - e esta crise a pretexto do Iraque pode, de facto, ter implicações para esse futuro. De qualquer maneira, o que interessa é que a França e aqueles países que, num primeiro momento, vetaram o pedido americano relativo à Turquia no quadro da NATO, explicaram que aquele veto ali era um expediente processual para fazer ver aos Estados Unidos que não estavam dispostos a alinhar com a guerra no âmbito do Conselho de Segurança. A França avisou: vetamos na NATO para não ter que vetar no Conselho de Segurança.... Era para explicar aos Estados Unidos que se eles prosseguissem a lógica de guerra, então a França estaria na disposição de vetar, inclusivamente no Conselho de Segurança. Enfim, cá estaremos para ver... no Conselho de Segurança, eu vi várias vezes a França mostrar grande sabedoria em se fazer difícil e demorar a partida, mas depois saltar para o combóio em andamento, mesmo no último momento...

A chamada "Carta dos Oito" introduziu um poderoso factor de desunião no seio da Europa. Ao ser um dos signatários deste documento, Durão Barroso colocou-se ao lado

dos belicistas. Foi esta a melhor atitude para a salvaguarda os interesses nacionais?

O entendimento do Partido Socialista é que foi precipitado e negativo, da parte do Governo português alinhar com a Espanha, o Reino Unido e os outros países que foram signatários dessa Carta. Não tanto pelo que lá está escrito, porque até nem é formal e substancialmente muito contestável, mas pelo momento, pela oportunidade e pela conjuntura em que a tal Carta surgiu, claramente ajudando a lógica belicista contra o Iraque, acentuando de facto a divergência no seio da Europa. Aliás, diga-se em abono da verdade, que essa lógica de fazer divergir aliados já vinha de trás e se desencadeia a partir do momento em que os Estados Unidos anunciam que vão fazer a guerra ao Iraque com ou sem mandato do Conselho de Segurança e que o objectivo não seria apenas aquilo que o Conselho de Segurança determinou através das resoluções aplicáveis ao Iraque, isto é eliminar completamente as armas de destruição maciça em poder do Iraque, mas mudar o regime de Bagdad. Objectivo este que não é, claramente, consentâneo com a legalidade internacional, com a Carta e os princípios das Nações Unidas. Eu abomino o regime Bagdad, mas é aos iraquianos que cabe mudá-lo. E que tal mudar a Administração americana? perguntava há dias um deputado australiano. Também só cabe aos americanos, a gente não vota nos EUA...

Nesse sentido, no contexto desta crise do Iraque, o PS tem vindo a acusar o Governo de ter uma atitude seguidista em relação aos Estados Unidos. Como se tem consubstanciado esse seguidismo?

É verdade. A posição portuguesa tem sido seguidista em relação ao Governo dos Estados Unidos e seguidista também em relação a Espanha. Há uma resignação desconfortável quanto à inevitabilidade da guerra. Há uma desistência envergonhada de defender a legalidade internacional. Há um capitular à lei do mais forte. Há um deslumbramento de Durão Barroso por Aznar e Bush que eu, pessoalmente, tenho muita dificuldade em entender. O senhor Aznar asneará como entende e até que o povo espanhol o tolere. Portugal não tem nada que enfileirar atrás.

A atitude de seguidismo acrítico por parte do Governo que o PS denunciou é bastante negativa, porque não só se prestou a agravar divergências no seio da Europa, como veio colocar Portugal numa posição em que não tem, rigorosamente, nada a ganhar. Onde é que o nosso interesse aqui era seguir a posição do governo espanhol, quando, inclusivamente, assim se aprofundaram clivagens com outros parceiros centrais ao projecto europeu em que nós estamos profundamente empenhados. Na Europa, mais tarde ou mais cedo, vão-nos ser explicados os custos deste alinhamento, sobretudo quando lá formos discutir divisões de fundos... E quanto a Washington, para que serve pormo-nos em bicos dos pés, quando é a Espanha que tem uma posição relevante até por estar, conjunturalmente, no Conselho de Segurança? Portugal é, indubitavelmente, aliado dos Estados Unidos, mas na base de uma aliança que tem princípios e objectivos conformes ao direito internacional. Aliança que se fez para defender a liberdade contra a força bruta, totalitária. Não se fez para prosseguir objectivos contrários à legalidade internacional, ao arripio da Carta das Nações Unidas. Portugal, como bom aliado dos EUA e outros países, tem que ser crítico, lúcido e não

embarcar em qualquer aventura guerreira, contrária aos princípios do direito internacional, que precipite a humanidade num desvario, venha tal aventura de quem vier. O Governo português está obrigado, constitucionalmente, à procura das soluções pacíficas. E elas não estão esgotadas relativamente ao Iraque.

O PS tem sido criticado por alguns sectores políticos por não ter aderido à manifestação de sábado a favor da paz. Como explicar aos militantes socialistas esta posição do partido?

Acabada de chegar a Lisboa, a primeira notícia que tive dessa manifestação foi através de declarações dos deputados Carlos Carvalhas e Francisco Louçã a atacarem o secretário-geral e o Partido Socialista por não alinharem. O que pude apurar é que o PS nunca foi convidado a juntar-se à plataforma de organizadores. Houve membros do PS, alguns deles distintos militantes, como o Dr. Mário Soares e vários deputados, que foram convidados por diferentes pessoas ligadas a essa plataforma. Mas as sugestões que alguns deles fizeram sobre os termos da convocatória, propondo a eliminação duma passagem que punha em causa a autoridade do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não foram aceites pelos organizadores. Portanto, a sensação que eu e outras pessoas tivemos foi a de que não havia de facto qualquer vontade de juntar o PS à manifestação, pelo contrário, havia interesse em alienar o PS. Apesar de tudo, o PS considerou que essas manifestações eram importantes porque iam, certamente, corresponder ao sentir da esmagadora maioria do povo português e dos militantes socialistas contra a guerra. Não se tratou de dar liberdade aos militantes - porque essa liberdade existe e a direcção do PS a defende intransigentemente - mas de prevenir os militantes que participassem (e sabíamos que muitos iam participar) que era importante afirmar a autoridade das Nações Unidas. Isto porque o que estava em causa é muito mais do que o Iraque. O Iraque é, infelizmente, apenas um pretexto. O que está aqui em causa é a ordem internacional que temos desde a II Guerra Mundial. O que está em causa é se mantemos um sistema partilhado de segurança internacional assente nas Nações Unidas como aquele que conhecemos desde 1945, apesar de todos os defeitos e todas as insuficiências, ou se vamos regredir a uma ordem internacional dominada pela lei do mais forte, em que uma só potência ordena e decide a seu bel-prazer se muda este ou aquele Governo, se tolera este ou aquele país com armas de destruição maciça. Para um partido responsável como o PS era essencial afirmar ao mesmo tempo que estamos contra a guerra e defendemos a autoridade do Conselho de Segurança, o sistema das Nações Unidas. Porque senão estaremos a abrir caminho aos aventureirismos unilateralistas dos Estados Unidos ou de qualquer outro país. E a verdade é que a direcção do partido esteve a passar ao primeiro-ministro esta mensagem, frontalmente, "olhos nos olhos" como disse o secretário-geral Ferro Rodrigues - a mesma mensagem que os manifestantes, e muitos socialistas entre eles, estavam a dar na rua.

Face às dissensões no seio da NATO e da UE, ao flagrante desrespeito das resoluções do Conselho de Segurança da ONU, ao repúdio de certos países na aceitação das imposições imperiais americanas, isto por um lado, e

por outro, a constatação do uma cidadania planetária, como é patente no fórum social ou nas manifestações um pouco por todo o mundo do passado sábado, poderemos ser levados a concluir que, seja de regressão ou de nascimento, estamos no limiar de uma nova ordem internacional?

Acho que estamos numa fase crucial de viragem, que tanto pode ir no sentido do reforço do direito internacional e de um sistema de segurança colectiva que pode e deve ser melhorado, pela reforma do Conselho de Segurança e com a reformulação dos direitos de veto, como se corre o risco de regredir a uma situação em que quem determina é a potência mais forte. Há aqui um risco grave. Tanto podemos ir num sentido, como noutro. Nós temos visto nos últimos tempos que grandes avanços da comunidade internacional e do direito internacional, designadamente no campo dos direitos humanos, têm estado a ser sistematicamente postos em causa. E logo, desgraçadamente por uma potência que teve um papel determinante na edificação desse mesmo direito internacional - façamos-lhe justiça e homenagem - os próprios Estados Unidos. Desde o 11 de Setembro, porém, a actual administração americana tem estado a pôr parte desse edifício em causa. Veja-se o que está a acontecer com os prisioneiros de Guantánamo, aliás com incrível passividade do conjunto da comunidade internacional. Tenho a percepção de que estamos, de facto, num momento de viragem, em que se poderá caminhar para a consolidação da liberdade, democracia, direito internacional e um mundo mais justo e solidário, como dar um salto para o abismo. Não sei bem o que vamos ter a seguir, mas sei o que o não queremos ter a seguir. Não queremos a lei da selva, à lei do mais forte. Isso não queremos de certeza absoluta.

Nas entrevistas que tem dado, a Ana Gomes afirma que foi o discurso de Cavaco Silva no comício do PSD no Porto na última campanha eleitoral que a fez procurar o PS, partido no qual se veio a inscrever após a derrota honrosa de Março de 2001. Porquê?

Há muitos anos que voto PS e que colaboro com o PS, designadamente participei de forma muito activa nos Estados Gerais em 1994/95. Algumas passagens do programa com que o PS se apresentou às eleições de 95 tiveram a minha contribuição, designadamente no capítulo da política externa e em relação a Timor, em resultado de reflexões em que participei com outros colegas meus, diplomatas, com dirigentes do partido, incluindo o eng. António Guterres, secretário-geral do partido nessa altura.

O PS, para mim, é justamente um espaço de intervenção com liberdade e pluralidade, onde são possíveis e até encorajadas diferentes sensibilidades, mas na base dos princípios da justiça social, da democracia que o PS prossegue. Confesso que fiquei traumatizada, do ponto de vista da disciplina partidária, com a experiência totalitária que tive no MRPP, do qual me afastei em Janeiro de 1976. E por isso fui sempre identificando-me e colaborando com o PS, mas resistindo a filiar-me. Até que, de facto, depois da honrosa derrota de 2002, achei que era altura de dar esse passo e passar a intervir civicamente mas integrada num partido, porque sem partidos não se faz a democracia. E esse partido só poderia ser o PS, evidentemente.

Trocou uma brilhante carreira diplomática por uma actividade política-partidária.

Troquei. Suspendi a carreira diplomática porque achei que tinha a obrigação de o fazer, nesta fase difícil que o país está a atravessar. Fi-lo, também, por ter sido desafiada pelo secretária-geral nesse sentido. Entendi que não podia responder-lhe negativamente. Senti que o país estava a atravessar uma fase má e considerei que talvez eu pudesse contribuir alguma coisa para a ultrapassarmos todos. Senti que tinha essa responsabilidade visto que, por causa do trabalho que tive como diplomata na Indonésia e dado o meu envolvimento na questão de Timor, ganhei alguma capacidade de expor ideias e, porventura, de ser escutada. E, portanto, achei que não podia desperdiçar esta possibilidade para contribuir para soluções de problemas fundamentais que temos de resolver no nosso país. Esse discurso de Cavaco Silva foi só a gota de água que me fez intuir, nesse momento, que iam entrar nesta fase extremamente depressiva que estamos a viver. Achei que tinha de fazer alguma coisa e percebi que esse discurso de Cavaco Silva e que aquilo que o PSD nos estava a propor ia ser desastroso, ia deitar completamente abaixo tudo o que dos erros, apesar de tudo, havia sido feito pela governação PS. Ia deitar abaixo a auto-estima dos portugueses e a confiança dos agentes económicos, portugueses.

Que contributos que espera poder dar para a renovação e a afirmação do PS neste novo ciclo na vida do partido?

Estou no PS por ser - e para ser - coerente comigo própria. Para defender os meus valores que são coincidentes com os do Partido Socialista, da democracia, da liberdade, da justiça social e dos direitos humanos, da transparência da governação, da responsabilidade dos governantes perante o povo. Do meu ponto de vista é muito importante que haja uma aproximação dos governantes ao povo, que haja um acesso fácil dos cidadãos aos governantes. Aceitei as responsabilidades que me foram confiadas no Secretariado pela área das Relações Internacionais, que é uma área para a qual eu talvez tenha alguma predisposição graças à minha formação profissional. Mas eu não quero limitar-me às relações externas. Quero relacionar-me com os portugueses, quero perceber o País, para poder, naquelas áreas em que ache que há coisas onde são precisas mudanças, tentar persuadir as pessoas que é necessária a mudança e trabalhar com elas para a mudança. Por isso, quero andar pelo País, falar com os militantes do Partido Socialista e com portugueses de todos os quadrantes. Irei, sempre que possível, a todos os sítios onde me convidarem a ir, acompanharei o secretária-geral, deputados, dirigentes em viagens pelo país, para perceber quais são as dificuldades e os problemas. E quero expor com verdade, sem entorses de oportunismo político, as minhas percepções em relação a questões que considero muito importantes.

Um objectivo para mim fundamental é ajudar a trazer mais mulheres para a política, para o Partido Socialista e para os outros partidos também, e claro está para todos os órgãos de representação política do Estado. Estou convencida de que o nosso país está no estado em que está, porque há poucas mulheres na política, na direcção política do país. Elas não são melhores, nem piores, do que os homens, têm é uma perspectiva diferente. Somos mais de 50 por cento da população. A qualidade da nossa democracia exige a participação activa das mulheres. É vital encorajar as mulheres para que invistam nos cargos políticos.

SANTARÉM

PAULO FONSECA E JOSÉ BRILHANTE DISPUTAM FEDERAÇÃO RIBATEJANA

“Romper com o sistema”, é o lema da candidatura de Paulo Fonseca à presidência da Federação Distrital de Santarém do PS, que promete ainda “um programa de acção descentralizado”.

A inactividade do partido nos últimos meses, com a qual Paulo Fonseca promete romper, através de “um ambicioso programa de dinamização político-partidário do distrito”, é desculpabilizada pelo candidato com o facto de o presidente interino, Nelson Baltazar, ter sido obrigado a ficar mais tempo do que os três meses inicialmente previstos (após a suspensão de Carlos Cunha na sequência das autárquicas de 2001), não tendo “a legitimidade do voto para agir”.

Em conferência de Imprensa destinada a divulgar as linhas-força da sua candidatura, Paulo Fonseca disse ter consigo 16 dos 21 presidentes das concelhias socialistas do distrito e quatro dos oito presidentes de Câmara do PS, esperando ser sufragado por 60 por cento dos 1700 militantes da Federação.

Paulo Fonseca promete “um novo fôlego de energia para a acção política no distrito, propondo um programa de acção descentralizado, com reuniões em todos os concelhos, auscultação mensal dos presidentes



das 21 concelhias, dos presidentes de câmara e dos cabeças-de-lista do partido nas últimas autárquicas, e um encontro trimestral com a JS, “para uma articulação perfeita das diversas estruturas” partidárias.

O Secretariado, adiantou, será organizado “como um Governo-sombra do PS no distrito”, com um conjunto de pelouros sectoriais que permitam um diagnóstico e propostas de acção em cada uma das áreas da sociedade.

O seu objectivo, disse, é credibilizar o PS junto das populações, num distrito em que o “afecto com o partido é mais profundo”, situação que tem também de ser reconhecida pela direcção nacional do PS.

Brilhante promete liderança forte e clara

Também José Brilhante apresentou a sua

candidatura à liderança da Federação distrital do Partido Socialista, estrutura que disse estar a precisar de ser “refundada”.

Defendendo a “devolução do partido aos militantes”, José Brilhante preconiza, entre outras medidas, a introdução de “primárias” para a escolha dos candidatos do distrito aos diversos cargos.

Sob o lema “Renovar em Solidariedade, o Ribatejo Somos Todos Nós”, José Brilhante afirmou que não é “o candidato da actual liderança” e prometeu “romper com o sistema”. O candidato promete ainda uma “liderança clara e forte” e um PS “moderno, forte e unido”, propondo a criação de um “fórum Ribatejo”, não partidário, que envolva a sociedade civil, juntando 25 personalidades dos vários sectores da sociedade.

No plano interno, propõe a criação de um “conselho honorário de presidentes”, constituído por alguns antigos presidentes de Câmara socialistas do distrito, “uma espécie de ‘conselho de sábios’”, com funções consultivas, e um “conselho de autarcas”.

Brilhante diz contar “com todos” e defende que “a política não se mede pelos que se excluem, mas pela abrangência, pelos que se incluem”.

COIMBRA

TERESA PORTUGAL NA CORRIDA À LIDERANÇA DA FEDERAÇÃO

Teresa Alegre Portugal avançou com a sua candidatura à presidência da Federação do PS/Coimbra, cujas eleições estão agendadas para o dia 22 de Março.

Em conferência de Imprensa, a ex-vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra revelou ter já garantido o apoio dos fundadores do PS Fernando Valle e António Arnaut.

Teresa Portugal afirmou que um dos seus objectivos centrais é romper com “a doença da apatia e do clientelismo” que, “na perspectiva de alguns militantes”, atinge a Federação de Coimbra.

Recorde-se que a Federação tem sido gerida por uma comissão executiva, constituída na sequência do afastamento do último líder da distrital, Luís Parreirão, que se demitiu na noite das eleições autárquicas em virtude dos maus resultados obtidos pelo PS.

Fausto Coreia não se candidata

Já Fausto Correia não será candidato à liderança da Federação do PS/Coimbra nas eleições de Março próximo por considerar necessário “fazer surgir novos rostos e novos protagonistas” nas estruturas socialistas.



O deputado socialista e actual presidente da comissão executiva da federação distrital conimbricense explica, numa declaração enviada a semana passada à Comunicação Social, que a renovação que atravessa o Partido Socialista, num ciclo político-partidário marcado pela liderança de Ferro Rodrigues, “desaprova” a sua anunciada pré-

candidatura.

“Entendo que a riqueza dos militantes e dos quadros da Federação de Coimbra prescinde, neste momento, do meu contributo como seu presidente”, frisou o dirigente do PS.

Lembrando os resultados eleitorais do partido no distrito, que sob a sua liderança alcançou oito vitórias eleitorais consecutivas entre 1992 e 2000, Fausto Correia diz que é um “palmarés que gostaria de ver ultrapassado”, porque, afinal, “os recordes existem para serem superados”.

Neste contexto, Fausto Correia reafirmou não querer, não poder e não dever “constranger o aparecimento” de outros candidatos, sublinhando ainda que a sua decisão de não concorrer ao cargo de presidente da distrital traduz a sua “aposta na renovação e o desapego do poder”.

Acerca das possíveis candidaturas ao cargo que venham a surgir, o deputado do PS assegurou não subscrever ou integrar qualquer delas.

“É meu firme propósito manter-me formalmente fora e acima das candidaturas”, garantiu, ressaltando porém que reserva para si, “se e quando necessário, o direito de opinar a qualquer momento sobre o acto eleitoral federativo”.

ÉVORA

TRONCHO QUER MELHORES RESULTADOS NAS AUTÁRQUICAS E EUROPEIAS

Henrique Troncho anunciou a sua recandidatura à liderança da Federação do PS de Évora, indicando como objectivos eleitorais da sua equipa conseguir o “melhor resultado de sempre” nas europeias e “vencer na maioria das câmaras e freguesias do distrito” nas autárquicas.

“Candidato-me porque é entendimento da equipa que tem dirigido o PS no distrito, na última década, que esta é a solução que melhor defende o projecto pelo qual, colectivamente, nos temos batido e no qual continuamos profundamente empenhados”, explicou o líder distrital socialista.

“Esta é pois uma candidatura de equipa e de projecto”, sublinhou Troncho, até agora o único candidato conhecido às eleições para presidente da federação do PS/Évora.

PAULO LAGES

UM PS IGUAL A SI PRÓPRIO

O PS deve ser igual a si próprio, não alinhando com estratégias mediáticas próprias de partidos irresponsáveis, pouco sérios e nada credíveis que procuram a notoriedade na praça pública. Esta a ideia central defendida pelo militante Paulo Lages, para quem a preservação de uma democracia e de um desenvolvimento sustentável passa sempre por uma optimização dos métodos educativos da população. Uma aposta na renovação e na implementação de políticas de solidariedade são também achegas deixadas por este jovem socialista.

Trabalhar pelo desenvolvimento nacional e trazer “algo de novo” para o PS são os objectivos centrais do projecto de militância de Paulo Lages, uma aposta que passa também pela “participação regular” e pela “formação de uma opinião fundamentada” sobre a situação real do País.

Aos 28 anos, este engenheiro mecânico não esconde as suas preocupações com a “crise que ataca Portugal” e, como jovem, sente “a responsabilidade de não ficar de braços cruzados”.

O seu empenhamento em “dar o melhor contributo possível” fê-lo aderir, em Abril de 2002, à família socialista, pela qual confessa sentir “uma particular simpatia” desde que começou a interessar-se por política, há cerca de cinco anos.

“Percebi que os meus valores e princípios se encaixavam melhor no PS”, explica Paulo, fazendo referência a “um conjunto de figuras de relevo” dentro do partido que considera terem validado esta “decisão pessoal”, como referências socialistas que são.

Entre os familiares e amigos a adesão do novel camarada passou despercebida, facto que o Paulo lamenta por julgar “preocupante este desaparego geral das pessoas à vida político-partidária”.

“Não basta dizer que a política é corrupta e ficar à margem. É preciso trabalhar, no seio dela, para demonstrar que é possível fazer melhor e diferente”, defende.

Assumidamente apaixonado pela Educação, Paulo Lages critica o pouco aproveitamento que os jovens fazem dela, bem como as recentes “políticas retrógradas” implementadas neste sector. “Trata-se de um pilar fundamental do desenvolvimento do País e da democracia”, afirma, sublinhando que é na educação que se transmitem as regras de cidadania



e os limites à “liberdade excessiva” que a responsabilidade de viver em sociedade impõe.

Quanto à recessão declarada que Portugal atravessa, o Paulo manifesta-se preocupado pela ameaça que paira sobre os direitos das pessoas e defende um trabalho conjunto entre o Governo e a oposição no sentido de serem criadas condições favoráveis não só para a

implementação de um bom modelo educativo no País, mas também de políticas favoráveis ao bem-estar social. “A falta de continuidade e a estratégia de destruir para denegrir a obra do antecessor é fatal para Portugal e para os portugueses”, sustenta, sem poupar responsabilidades ao Partido Socialista. Enquanto jovem, Paulo Lages sente-se “vítima do Executivo de direita”, cujas medidas “têm o prejudicado fortemente os futuros homens e mulheres do País”. “A abolição do crédito bonificado à compra de habitação própria para jovens é disto exemplo para não falar que é a juventude a mais atingida pelo aumento do desemprego”, frisou, manifestando-se partidário da solidariedade entre gerações da renovação.

Uma “aposta séria nas qualidades e capacidades dos jovens” é a estratégia defendida pelo Paulo, que também advoga por uma conscienciosa “melhoria de qualidade de vida para os pensionistas e reformados”.

Quanto à *performance* do PS na oposição, o militante de Alfragide faz um balanço positivo da estratégia seguida por Ferro Rodrigues e pela bancada parlamentar socialista, que descreveu como “séria, credível e responsável”.

“Não adianta fazer cenários trágicos, pois já vimos o que aconteceu com a postura

da direita que fez passar a ideia de Portugal estava de tanga quando não era verdade e agora vivemos uma crise que podia ter sido evitada ou, pelo menos, mais controlada”, disse.

No palco internacional, o Paulo sente-se “envergonhado” pela postura assumida pelo Governo português, que pactua com os interesses da Administração Bush. Paulo Lages critica fortemente a atitude desafortunada e desunida da Europa comunitária nesta nova guerra contra o Iraque, em que os Estados Unidos, a pretexto de combater o terrorismo, se preparam para matar inocentes numa forma de terror que se pretende legítima. “Na desunião europeia, onde cada um puxa por si, a única coisa em comum é mesmo a moeda”, frisa Paulo, que defende convictamente a necessidade de uma mudança de mentalidade a este nível.

No contexto doméstico, Paulo Lages apoia a postura assumida pelo Partido Socialista a favor da paz e pela preservação da legalidade internacional.

Apesar de classificar como “desastrosa” o executivo do PSD/PP, o jovem militante considera que não estão reunidas as condições para eleições legislativas antecipadas, mas, se as houver, comenta, “o PS voltará ao poder, o que de resto acontecerá, o mais tardar, em 2006”.

MARY RODRIGUES

PERFIL

Nome
Paulo Miguel Silva Lages

Idade
28 anos

Ocupação
Engenheiro electrotécnico

Hobbies
Educação e praticar surf

Militância
Inscrito no PS a 11 de Abril de 2002

Referências socialistas
Ferro Rodrigues, José Sócrates e Jorge Coelho

CRISE NO IRAQUE

PS REITERA OPÇÃO PELA PAZ E LEGALIDADE INTERNACIONAL

“Olhos nos olhos”, Ferro Rodrigues disse, sábado, ao primeiro-ministro o que os portugueses deixaram claro nas ruas das principais cidades do País. Na crise do Iraque, o Governo deve abandonar atitudes seguidistas em relação aos Estados Unidos e bater-se pela paz e pelo primado do Direito Internacional. Recebido por Durão Barroso, que convocou os líderes partidários a São Bento a fim de preparar o Conselho Europeu extraordinário da próxima segunda-feira, Ferro reafirmou que o Partido Socialista se oporá a qualquer intervenção militar que não tenha a chancela do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ferro Rodrigues considerou ainda como “extremamente negativa para a unidade comunitária e para uma vontade colectiva europeia” a posição de Durão Barroso e de mais sete primeiros-ministros da UE “de alinhamento com os Estados Unidos”, expressa no manifesto que assinaram de solidariedade com a administração norte-americana.

Aliás, esta posição tinha sido avançada em declaração política pela Comissão Política Nacional do PS, que, quinta-feira à noite, aprovou por unanimidade o documento “Pela paz e pela legalidade”, nos termos do qual era reafirmada a oposição do partido a “quaisquer intervenções militares unilaterais ou ataques preventivos, nomeadamente no



Iraque, perspectivada pela actual Administração Bush”.

O PS considera que o desarmamento do Iraque deve fazer-se “através de pressões diplomáticas, não da guerra” e defende que os inspectores da ONU devem ter “tempo e meios” para completar a sua missão.

Os socialistas não desculpabilizam Saddam Hussein, pela “opressão do povo iraquiano” e condenam a “agressividade em relação a países vizinhos” do regime, mas ressalvam que isso não constitui razão legítima para uma intervenção militar”, nos termos da carta das Nações Unidas.

O PS criticou severamente o “seguidismo do Governo português” ao subscrever o manifesto de apoio à política externa norte-americana, afirmando partilhar a vontade de seguir “pela paz e contra a guerra” da “esmagadora maioria” dos portugueses e europeus.

Uma eventual guerra no Iraque iria desviar atenções e meios do combate ao “inimigo principal de todos”, o terrorismo, e daria “pretextos aos terroristas da Al-Qaeda”, refere ainda o texto aprovado.

Relativamente à participação do PS na manifestação de sábado passado contra a guerra, a Comissão Política Nacional do PS reiterou a sua discordância face aos termos da convocatória, mas não deixou de frisar que cada militante, enquanto cidadão, era livre de

participar em acções a favor da paz.

A dirigente socialista Ana Gomes no fim da reunião, que terminou sexta-feira de madrugada, venceu que o PS entrará na frente da luta contra a guerra e “tomará todas as iniciativas que se tornem necessárias, em momento oportuno”, isto porque “todas as hipóteses estão em aberto” e, para o Partido Socialista, “preservar a autoridade do Conselho de Segurança da ONU é uma questão essencial”. Dirigentes socialistas como Manuel Alegre e João Soares mostraram-se satisfeitos com o resultado da reunião e da posição política assumida pela direcção.

Alegre saudou o facto de os socialistas estarem “unidos no essencial”, ressalvando que “na altura própria será o PS a tomar a iniciativa” de promover acções pela paz.

Por seu turno, João Soares objectou que não tenha sido a Internacional Socialista ou o Partido Socialista Europeu a “tomar uma iniciativa contra a guerra e pela paz”, mas “em termos diferentes do comunicado” que convocava a manifestação.

Por último, a líder da Juventude Socialista, Jâmila Madeira, lamentou que o PS “não tenha aderido à manifestação”, da qual a JS é uma das organizações apoiantes, mas saudou a evolução positiva patente no documento aprovado pela Comissão Política.

MARY RODRIGUES

MAIS DE DEZ MILHÕES EM TODO O MUNDO

SOCIALISTAS PRESENTES NA MANIFESTAÇÃO CONTRA A GUERRA

Mais de dez milhões de pessoas em toda a Europa e Estados Unidos e em outras partes do mundo desfilarão no dia 15 contra a guerra. Cerca de 80 mil pessoas encheram as ruas de Lisboa, entre o Largo Camões e a Praça do Rossio. Muitos socialistas marcaram presença e foram mesmo o rosto da manifestação, como Mário Soares, Manuel Alegre e muito deputados e militantes do PS. Embora com menos expressão, o Porto e outras cidades do País também fizeram o seu protesto.

Eventualmente pela insistência do PS para que a manifestação não se tornasse num instrumento de apoio a Saddam Hussein nem num acontecimento de antiamericanismo simples, as posições e *slogans* gritados foram mais explícitos. Contra o ditador Saddam, contra o ímpeto belicista desta Administração Bush e, sobretudo, contra a guerra e os interesses que estão por detrás dela, bem como pelas

consequência para o mundo de um conflito armado conduzido unilateralmente pelos Estados Unidos.

O eurodeputado Mário Soares não poupou críticas à Administração Bush ao usar da palavra perante os milhares de manifestantes, considerando que esta guerra apresenta “um cheiro iniludível a petróleo”. “Não venha o senhor Bush dar-nos lições de direitos humanos e democracia. Nós podemos perguntar-lhe onde está o respeito pelos direitos humanos nas cadeias de Guantánamo, onde os presos estão a suicidar-se porque não estão a ser tratados como pessoas, mas como simples coisas”, disse, perante milhares de pessoas a vibrar com as suas palavras.

“Durão, Bush e Blair esta guerra ninguém quer”, foi um dos *slogans* mais gritados pelos manifestantes. É óbvio que às palavras de ordem gritadas pelos manifestantes estava subjacente uma crítica ao seguidismo do primeiro-ministro

Durão Barroso em relação à Administração Bush, que inclusivamente assinou a chamada Carta dos oito que dividiu a União Europeia. O mesmo seguidismo que o PS, pela voz do secretário-geral Ferro Rodrigues e de outros dirigentes, como a responsável pelo departamento internacional, Ana Gomes, tem criticado.

Dez milhões de manifestantes

Talvez a mais significativa das manifestações seja a que se realizou em Londres, onde se estima que tenha estado perto de um milhão e meio de pessoas. “Atacar o Iraque? Não em nosso nome”, lia-se em muitos cartazes. Pelas ruas de Madrid os manifestantes pediram a demissão de José Maria Aznar. Eram cerca de um milhão. E estas manifestações foram tanto mais expressivas quanto poucos dias antes o Governo espanhol publicou um folheto de seis

páginas a justificar a sua posição em relação a Iraque. Um duro revés, portanto, para o Governo (também seguidista) de José Maria Aznar.

Perto de meio milhão de manifestantes em Paris. Mais de 600 mil em Roma. Aliás, em Itália, o estado da democracia inspira cuidados. A televisão pública decidiu boicotar a transmissão das manifestações. O líder socialista Maximo D’Alema exigiu uma mudança de atitude do Governo de Berlusconi em relação à Administração Bush. Bruxelas, Berlim, Moscovo, Nova Iorque e em tantas outras partes do mundo, milhares de manifestantes saíram às ruas com o mesmo propósito de condenar e evitar esta guerra anunciada.

Difícilmente os governos e a própria Administração Bush poderão ficar indiferentes a tamanhas manifestações.

P.P.

SOCIALISTAS DISCUTEM REFORMA DA PAC

PORTUGAL DUPLAMENTE PENALIZADO COM POLÍTICA AGRÍCOLA EUROPEIA

Portugal é duplamente penalizado com a actual política agrícola europeia, porque além de sermos o país que menos recebe da PAC, internamente existem grandes desequilíbrios que fazem com que 86 por cento dos agricultores ou não receba nada ou aufera anualmente montantes que apenas vão até 330 euros. Em contrapartida, 0,6 por cento dos agricultores recebem em apoios comunitários mais de quarenta e sete milhões de euros.

Estas denúncias foram feitas em Bruxelas pelo eurodeputado António Campos, num encontro de reflexão sobre a reforma da PAC em que participaram o ex-ministro da Agricultura Capoulas Santos e o professor Agostinho de Carvalho. A pertinência deste debate, em que participaram também cerca de quatro dezenas de jornalistas da imprensa regional e nacional, tem o ver com o facto de a Comissão Europeia já ter divulgado uma segunda versão do documento sobre a reforma da PAC, este com propostas bastante menos favoráveis a Portugal.

Na medida em que Portugal é o país mais prejudicado da União Europeia, António Campos considerou ser dever do Governo manifestar-se em Bruxelas como o principal adversário da actual PAC, de modo a efectuar-se uma reforma profunda que traga mais equilíbrio e justiça às políticas europeias destinadas ao mundo rural.

Num documento distribuído a todos os participantes, o eurodeputado apresenta os



números relacionados com os volumes de produção nos vários sectores e os subsídios respectivos, os problemas que actualmente se colocam à agricultura portuguesa e os que se colocarão no futuro com o alargamento da União Europeia.

Para António Campos, a PAC está completamente ultrapassada, sendo "um centro de interesses eticamente condenáveis que envergonham a União, que absorve 47 por cento do orçamento comunitário, não obstante o valor da produção agrícola ser cada vez menos significativo na percentagem do produto interno bruto dos Estados-membros.

A actual PAC gasta cerca de 60 por cento dos seus subsídios em apenas duas produções, os cereais e os bovinos, que beneficiam essencialmente os

grandes produtores. Esta distorção repercute-se também em Portugal, já que os cereais e os bovinos recebem 70 por cento do total das ajudas, embora represente somente 11 por cento do valor da produção nacional, e externamente não tenha vantagens competitivas.

"Portugal - afirma - naquelas produções não tem aptidões naturais para poder concorrer com outros países no quadro do Mercado Único ou da globalização. A actual PAC está completamente orientada de forma a prejudicar as nossas potencialidades naturais".

O eurodeputado centrou uma boa parte das suas intervenções na necessidade de valorização das produções regionais, as quais na sua quase totalidade não beneficiam de quaisquer apoios, sejam elas de Trás-os-Montes, das Beiras ou do Alentejo. Os produtos hortícolas, frutícolas, batatas, vinhos queijos, e tantas outras riquezas regionais representam cerca de 55 por cento do valor da produção agrícola nacional. "Estão, no entanto, completamente excluídas de qualquer ajuda à produção", afirma.

"Para vincar bem a imoralidade e injustiça desta PAC é fundamental referir que em Portugal, dos 412.600 agricultores existentes, 150.000 não recebem qualquer apoio, e dos 272.000 que são contemplados, 202.000 recebem somente 11,5 por cento dos subsídios, isto é, uma média de 330 contos", afirma.

Entre outras coisas, isto significa que a agricultura portuguesa, a mais pobre e mal tratada da União, financia os agricultores franceses, os mais ricos e beneficiados com a actual PAC. "Assim - afirma peremptoriamente e em alusão ao Governo do PSD - qualquer aliança com a França para impedir a reforma da PAC deve ser considerada um crime contra o interesse nacional".

E isto acontece porque, se de um lado estão os pequenos agricultores que pouco ou nada recebem, do outro está "o poderoso lóbi dos 1655 agricultores, os mais ricos de Portugal, que sozinhos recebem 47 milhões de contos".

Quanto à nova PAC, António Campos considera que ela deve basear-se num código comum de boas práticas agrícolas, partindo de um pacto de confiança entre consumidores, agricultores e ambientalistas. "A nova PAC deve ser orientada para o reforço da segurança alimentar e ter como objectivos dinamizar a diversificação da cadeia alimentar, fomentar a produção dos alimentos cientificamente comprovados como funcionais, preservar os recursos naturais, travar a desertificação do mundo rural e garantir o auto-abastecimento da União", afirma.

Por fim, a nova PAC deve orientar preferencialmente a atribuição de subsídios para a manutenção das empresas agrícolas familiares, moduladas no seu apoio consoante a região onde se localizam. P.P.

CAPOULAS SANTOS

CONGELAMENTO DA PAC APÓS 2006 FAZ-NOS PERDER 130 MILHÕES POR ANO

O congelamento da PAC após 2006, que mereceu o acordo do Governo do PSD no Conselho Europeu de Bruxelas de 24 e 25 de Outubro de 2002, vai implicar uma redução das transferências anuais para Portugal da ordem dos 130 milhões de euros, alertou o ex-ministro da Agricultura Capoulas Santos e deputado do PS, em Bruxelas, no encontro de discussão sobre a reforma da PAC.

Capoulas Santos insistiu no embuste criado pelo Governo do PSD ao desvalorizar a escandalosa derrota no Conselho Europeu de Bruxelas, devido às consequências extremamente negativas que no futuro terão para a agricultura portuguesa e no desespero que levou posteriormente o Primeiro-Ministro Durão Barroso a ameaçar vetar o alargamento aos países de Leste se não fosse satisfeita uma lista de exigências de quotas e de direitos de produção para o leite, açúcar, algodão, bovinos machos, vacas, leite e milho.

"O drama - afirma Capoulas Santos - é que nenhum destes pedidos foi satisfeito, pese embora o intenso esforço diplomático desenvolvido nesse sentido". Ainda por cima, a segunda versão da Comissão Europeia sobre a reforma da PAC é muito pior para Portugal, na medida em que agrava todos os aspectos negativos e anula aqueles que para nós eram positivos.

Na nova versão do documento da Comissão Europeia sobre a reforma da PAC foram abandonadas, entre outras, a proposta do estabelecimento do tecto máximo de 300.000 euros/ano o mecanismo de modulação das ajudas directas foi alterado, a proposta de "desligamento das ajudas" foi mantido, mas congelado o montante a atribuir a cada exploração de acordo com o recebido no período 2000/2002. "Estranhamente, o ministro Sevinate Pinto que se tinha revelado hiper-crítico na primeira proposta, atenuou agora substancialmente o seu tom crítico", afirma, acusando o ministro de ser "cúmplice na construção de um modelo que agora diz que não serve, mas tudo faz para manter".

Quanto ao professor Agostinho de Carvalho, que foi o moderador do debate, considerou que não basta despejar dinheiro na agricultura. É necessário uma agricultura de qualidade, o que só se consegue com estruturas de apoio e controlos sérios na qualidade dos alimentos produzidos. Na sua opinião, é preciso formação e investigação orientada para os problemas e necessidades específicas da nossa agricultura, sem o que teremos dificuldades muito maiores para competir com os nossos parceiros europeus. P.P.

ANTÓNIO VITORINO LANÇA LIVRO VERDE SOBRE JUSTIÇA

O comissário europeu da Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino, adoptou, em Bruxelas, um "Livro Verde" para harmonizar no espaço comunitário as salvaguardas processuais de suspeitos e acusados no decurso de procedimentos criminais.

Este documento visa promover a reflexão sobre a matéria e lançar um processo de consulta a nível europeu, no quadro da criação de um verdadeiro espaço comunitário de Justiça.

"É importante para as autoridades judiciais de cada Estado-membro ter confiança nos sistemas judiciais" dos outros países comunitários, considerou o comissário português, acrescentando que "ter um mínimo de regras comuns é a melhor maneira de assegurar a protecção homogénea dos direitos individuais" dos cidadãos em toda a União Europeia.

As actuais diferenças nesse domínio entre os sistemas dos Quinze provocam a perda de confiança mútua, o que tem prejudicado o princípio do reconhecimento mútuo das decisões dos tribunais.

COMISSÃO ANALISA CENÁRIOS PARA A ECONOMIA

A Comissão Europeia preparou um conjunto de medidas em função de diversos cenários para a economia dos Quinze resultantes do desenvolvimento do conflito no Iraque, revelou o comissário europeu para os Assuntos Económicos e Monetários, Pedro Solbes, no final da reunião dos ministros das Finanças da União Europeia.

Segundo explicou Solbes, os cenários basearam-se "naquilo que se passou depois da Guerra do Golfo ou depois dos atentados de 11 de Setembro".

Os economistas que elaboraram o "documento de trabalho" da Comissão Europeia sustentam que um conflito pode causar fortes dificuldades no conjunto da economia mundial, atrasando a retoma e provocando a recessão nalgumas zonas económicas.

MONCHIQUE**CÂMARA ASSINA PROTOCOLO PARA CONSTRUIR PARQUE EMPRESARIAL**

A Câmara Municipal de Monchique e a Globalgarve assinaram um protocolo de colaboração que define os princípios de cooperação e de desenvolvimento para a implementação do parque empresarial no concelho.

Este projecto visa a captação de novas actividades económicas, assim como a realocação de empresas instaladas no espaço urbano, contribuindo igualmente para a requalificação urbana de Monchique.

São objectivos gerais deste protocolo a preparação de um modelo de gestão adequado à estrutura empresarial a instalar no novo loteamento industrial e a avaliação dos planos de negócios apresentados pelos promotores,



com base num inquérito da autoria da Globalgarve.

O Executivo camarário socialista refere ainda que com este protocolo se pretende "promover a avaliação dos modelos de gestão preferenciais para o parque empresarial, a apresentação do quadro de incentivos e fontes de financiamento existentes que facilitem o desenvolvimento de iniciativas empresariais em Monchique".

Autarquia aposta na cultura

O município de Monchique vai dar prioridade à política cultural avançando com intervenções

de vulto durante este ano, no convento de Nossa Senhora do Desterro, na galeria municipal, na biblioteca e no núcleo histórico da vila.

Segundo a autarquia, o projecto de recuperação do convento está concluído, englobando a criação de uma unidade hoteleira e de espaços culturais.

Em relação à biblioteca, esta será transferida para outras instalações, com mais do dobro da actual área, enquanto a galeria municipal funcionará num imóvel que antigamente era uma capela, tendo sido depois convertida em casa de habitação, adquirida recentemente pelo município.

ÉVORA**PRAÇA DE TOUROS PASSA A PAVILHÃO MULTIUSOS**

A Câmara Municipal de Évora assinou um contrato-promessa com os proprietários da praça de touros para transformar aquele espaço num pavilhão multiusos, com um investimento na ordem dos 2,5 milhões de euros.

Segundo o presidente da autarquia, José Ernesto Oliveira, este espaço no futuro "deverá reunir condições para acolher várias iniciativas,

entre as quais congressos, iniciativas culturais e espectáculos taumomáquicos"

É ainda intenção da autarquia dotar esta infraestrutura de um centro comercial e um restaurante, alegando José Ernesto Oliveira que "só assim iremos conseguir dignificar este espaço que tanta falta faz à cidade".

O autarca socialista salienta ainda que este

projecto se enquadra "numa política de intervenção urbanística de qualidade", que passa pela requalificação do Rossio e de São Brás e do Jardim Botânico.

Prevenção da toxicoddependência

A Câmara Municipal de Évora está a

promover um concurso de "cartoons" sobre a prevenção primária da toxicoddependência e do alcoolismo, destinado aos alunos de 3º ciclo do ensino secundário e técnico-profissional.

Segundo a autarquia, esta iniciativa tem por objectivo sensibilizar os mais novos para a problemática da toxicoddependência.

SESIMBRA**MUNICÍPIO PROMOVE EDUCAÇÃO RODOVIÁRIA**

A Câmara Municipal de Sesimbra promoveu na semana passada, uma acção de formação sobre educação rodoviária para os alunos do 1º ciclo do ensino básico e secundário das freguesias de Santiago e do Castelo.

Esta iniciativa inserida, no projecto "Escola Viva" credenciado pela Prevenção Rodoviária

Portuguesa e destina-se a consciencializar os mais jovens para a segurança rodoviária e o combate à sinistralidade.

A autarquia socialista considera que "este é um projecto de grande importância, uma vez que visa a formação dos mais pequenos para esta problemática, contribuindo assim, para um

maior respeito das regras de trânsito, através de atitudes mais responsáveis por parte dos mesmos".

Esta iniciativa será novamente repetida nos dias 27 e 28 de Março, no Pavilhão da Escola Básica da Quinta do Conde.

LAGOS**AUTARQUIA CRIA COMISSÃO MUNICIPAL DE TURISMO**

O Executivo socialista da Câmara Municipal de Lagos decidiu criar uma Comissão Municipal de Turismo para as questões turísticas e de imagem promocional do concelho.

Esta comissão terá, entre outras funções, a responsabilidade de dar pareceres sobre a política municipal de turismo, colaborar na elaboração do plano municipal de turismo, sugerir projectos que visem o incremento do fluxo de turistas e de eventos para Lagos e apoiar a autarquia na organização de feiras, congressos e eventos locais.

A autarquia lacobrigense pretende com esta iniciativa "reforçar a interligação com os agentes económicos e entidades a nível sectorial que, pela sua implantação, têm influência na população e dispõem de uma experiência a ter em conta".

VILA FRANCA DE XIRA**ATRASOS DO TC COMPROMETEM CONCLUSÃO DE BAIROS SOCIAIS**

A presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira está preocupada com os atrasos na emissão de vistos do Tribunal Constitucional (TC) a pedidos de crédito à construção de habitação social, que podem vir a comprometer a conclusão do Programa Especial de Realojamento (PER) no concelho. Como consequência dos atrasos do TC na emissão dos vistos, a autarquia enfrenta situações problemáticas, sendo o caso mais

grave, segundo a autarca socialista Maria da Luz Rosinha, "o da segunda fase do PER de Castanheira do Ribatejo, pois a obra está praticamente concluída e o município ainda não pode fazer o empréstimo".

Entre os empréstimos aprovados pela autarquia no âmbito do PER em 2002 e ainda não aprovados pelo TC contam-se os destinados ao desenvolvimento dos novos bairros dos Avieiros de Vila Franca de Xira e

da Pedra Furada.

Maria da Luz Rosinha sublinha que "não compreende a demora do TC tendo em conta que a contracção de empréstimos pelos municípios para a construção de habitação social foi possível até ao final de 2002 e só desde Janeiro é que estão em vigor as novas regras estabelecidas no Orçamento de Estado de 2003, que impedem as autarquias de recorrer à banca para financiamento".

O problema é que, embora abandonando a incineração dedicada, o PSD não quis dar totalmente o braço a torcer e, por pura teimosia e falta de coragem política, mantém a rejeição da co-incineração. De fora do “plano” do Governo fica, assim, qualquer processo de queima ou valorização energética dos resíduos industriais perigosos.

O chamado “plano” do Governo para o tratamento dos resíduos industriais perigosos só existe num telex de página e meia da agência “Lusa” e em meia dúzia de breves entrevistas na Comunicação Social. No Parlamento, num debate de urgência convocado pelo PS, o ministro limitou-se a ler dois discursos sobre o assunto, de oito e de cinco minutos cada, sem acrescentar o que quer que fosse face ao pouco que já tinha sido divulgado à imprensa. Nada mais. Nem um documento, nem estudos, nem fundamentação, nem nada. Nem sequer está pronto, ao fim de dez meses de Governo, o famoso oitavo inventário dos resíduos que o Executivo dizia ser imprescindível para apresentar ao País uma alternativa à co-incineração. Mas, afinal, isso também não interessa nada e aí temos um “plano” (as aspas aqui são mesmo necessárias).

A primeira novidade do “plano” do Governo é que *o PSD abandona finalmente a opção pela incineração dedicada*. Mais vale tarde do que nunca, é certo. Mas um pouco de humildade não faria mal a quem se vê obrigado a reconhecer assim, publicamente, que se enganou tanto e tão desnecessariamente durante tanto tempo. A questão não é uma questão menor. Ao abandonar a incineração dedicada, mesmo sem dispor ainda do inventário que confirmará a sua inviabilidade económica, o PSD reconhece afinal que o PS tinha razão e que a incineração dedicada era uma opção técnica e ambientalmente errada. Ora, isto quer dizer também que o PSD reconhece – mesmo que o não diga, mas lembramos nós – que os Governos do PS ao recusarem a incineradora dedicada de Estarreja salvaram o País de uma opção desastrosa. E desastrosa não apenas do ponto de vista económico mas sobretudo do ponto de vista do ambiente e da saúde pública. O problema é que, embora abandonando a incineração dedicada, o PSD não quis dar totalmente o braço a torcer e, por pura teimosia e falta de coragem política, mantém a rejeição da co-incineração. De fora do “plano” do Governo fica, assim, qualquer processo de queima ou valorização energética dos resíduos industriais perigosos.

Ora, acontece que *a total exclusão da valorização energética dos resíduos industriais perigosos não existe em nenhum país desenvolvido*, dotado de um sistema autónomo de gestão de resíduos. E isto por uma razão simples: para além dos processos de reciclagem e reutilização de resíduos (de âmbito crescente, mas necessariamente limitados), resta o aterro como solução de destino final. E todos os técnicos de resíduos, sobretudo os dos Países mais exigentes do ponto de vista ambiental, sabem que *nem todos os resíduos industriais perigosos podem ir para aterro*, ainda que previamente sujeitos aos mais evoluídos processos de pré-tratamento. É por isso que em todos os países desenvolvidos a valorização energética faz SEMPRE parte do sistema de gestão dos resíduos, seja através da velha opção pela incineração dedicada seja através do processo da co-incineração. É o que sucede também aqui na Catalunha, que o Governo desastrosamente invoca como seu modelo inspirador.

Sendo assim, nem apetece cantar vitória por o Governo ter dado razão ao PS rejeitando a incineração dedicada. É que *foi pior, pior para o País, a emenda do que o soneto*.

Na verdade, na falta de valorização energética, a resposta do “plano” do Governo para os resíduos que estavam destinados à co-incineração só pode ser uma: vão para aterro, após pré-tratamento (salvo os óleos usados, que o Governo diz que vai sujeitar a um processo de regeneração). Ora, o aterro é a última das

RESÍDUOS PERIGOSOS: PIOR A EMENDA QUE O SONETO

opções na hierarquia europeia das formas de tratamento dos resíduos e está sujeito a regras cada vez mais restritivas quanto à natureza dos resíduos que podem ser enterrados. De facto, se o aterro de resíduos inorgânicos não é problemático desde que seguidas as regras técnicas adequadas, *o aterro dos resíduos orgânicos é uma prática ambientalmente deplorável*. Mas é desses resíduos, os resíduos industriais orgânicos, que estamos e sempre estivemos a falar. A co-incineração, é preciso lembrá-lo face à propaganda do Governo, destinava-se apenas a eliminar aqueles resíduos que não podiam ser sujeitos a outra forma adequada de tratamento. É o que sucede justamente com certos resíduos industriais orgânicos que, não podendo ser sujeitos a uma eficaz estabilização ou inerteza, não podem nem devem ir para aterro. *A opção do Governo é, portanto, profundamente errada e pode pôr gravemente em causa a confiança das populações na segurança ambiental dos aterros*, que são infra-estruturas necessárias ao nosso sistema de gestão dos resíduos.

Na falta de um mecanismo de valorização energética de resíduos no sistema a implementar em Portugal, restaria exportar os resíduos orgânicos em causa. Na falta de uma solução, exportava-se o problema. Confrontado com esta acusação o Governo negou essa via - que seria, aliás, manifestamente contrária ao princípio europeu da auto-suficiência que manda tratar os resíduos, sempre que possível, no País de origem. Mais: o Governo afirmou que os únicos resíduos a exportar serão aqueles que, pela sua natureza, também não estava previsto submeter a co-incineração. É o que vamos ver.

Mas esta explicação não é mais do que uma confissão: é que *se o Governo não vai exportar os resíduos industriais perigosos orgânicos, se não vai queimá-los e se não pode reciclá-los ou reutilizá-los a todos, o Governo só pode fazer uma coisa: enterrá-los em aterro*. E então vai ter muito que explicar às populações, à Comissão Europeia e à própria Quercus, que aplaudiu as ideias da maioria com o mesmo entusiasmo com que antes aplaudira a opção pela co-incineração.

Talvez por isso, o “plano” do Governo, para além desta trapaalhada, não é mais do que um buraco negro. *Quantos aterros? O Governo não sabe. Onde vão ficar localizados os aterros? O Governo não diz*. A brilhante ideia do Governo, que revela tudo sobre a sua coragem e vontade de resolver este gravíssimo problema, é ficar à espera de “candidaturas” conjuntas de industriais e autarquias. Vai ser uma correria.



PEDRO SILVA PEREIRA

DEPUTADO DO PS
que são infra-estruturas necessárias ao nosso sistema de gestão dos resíduos.

PROCURA-SE MINISTRO DAS CIDADES ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE!

O ministro Isaltino de Morais saiu destacado da Câmara Municipal de Oeiras para o Governo. A necessidade de corresponder aos anseios do Povo do Norte determinou que a pasta com que sempre sonhou fosse atribuída a outro titular. Com isto, Durão Barroso conseguiu entreter o Norte, perturbar o tino ao autarca de Oeiras e colocar em depressão o secretário de Estado do Ambiente que sempre ambicionou ser ministro. E a verdade é que dez meses de governação ficam marcados por sucessivos anúncios de medidas para as calendas, por iniciativas do secretário de Estado do Ambiente em antecipação ao ministro e por uma “fantástica” solução para os resíduos industriais perigosos – se não se quer exterminá-los, exportam-se! O ministro Isaltino, que diverge com frequência do Isaltino autarca, com mandato suspenso há quase um ano, preparava-se para vir à Assembleia da República apresentar a proposta de criação de um ou dois Centros Integrados de Redução, Reciclagem e Reutilização de Resíduos Industriais, mas o secretário de Estado do Ambiente desmultiplicou-se em entrevistas na véspera do debate imposto pelo PS. A toque de caixa, o Governo que argumentara contra a co-incineração com a necessidade de proceder a um rigoroso rastreio dos resíduos existentes em Portugal, deixou cair esse pressuposto, para tentar marcar a agenda. Afinal, o que o Governo, secretário de Estado, primeiro, e ministro, depois, anunciaram foi a abertura de um concurso público para atribuição de licenças de exploração dos referidos centros. O que não se tratar, não vai para debaixo do tapete, porque em ambiente não existe essa figura, mas será exportado para quem estiver disponível para acolher o nosso lixo perigoso. Falta saber qual ou quais as freguesias e os municípios disponíveis para aceitar a construção da plataforma giratória de resíduos perigosos.

Mas o próprio Ministro Isaltino, responsável máximo no Governo pelas autarquias locais, foi ultrapassado no anúncio da eventual introdução de mais um instrumento de financiamento: as obrigações municipais. O ministro da Presidência, à falta de medidas para os sectores que tutela, resolveu dar conta aos autarcas sociais democratas de uma eventualidade que não passa de um esforço inglório para tentar condicionar o Fórum Autárquico do PS do próximo sábado. O Governo já tinha um ministro da Marcação Política à Oposição, Marques Mendes, um secretário de Estado da Marcação à Oposição no terreno, Luis Pais Antunes, que acompanhou o périplo de Ferro Rodrigues por empresas e trabalhadores em dificuldades; agora passou a ter o ministro da Marcação por Antecipação, Morais Sarmento.

Duas notas finais

O miraculoso programa de emprego e protecção social apresentado por Bagão Félix, na conferência de Imprensa após a reunião de Conselho de Ministros, e por Marques Mendes na Assembleia da República,

como tendo sido aprovado pelo Governo, não consta do elenco de temas e questões objecto de deliberação na reunião de 13 de Fevereiro de 2003. Portanto, ou há uma omissão grave no texto do Comunicado do Conselho de Ministros; ou há uma escabrosa operação de marketing político destinada a marcar a intervenção do Presidente da República e as deslocações do secretário geral do PS. Para além das políticas económicas do Governo PSD/PP, há alguma coisa que não bate certo, será a pressa com que o programa teve de ser elaborado?

Na ânsia de corresponder a solicitações e atitudes VIP manifestadas junto de entidades oficiais, o Estado assume por vezes comportamentos que se constituem em péssimos sinais para os cidadãos. Senão, vejamos com coragem duas situações do mundo do futebol. Durante a novela Jardel de início de época, o jogador, ou alguém por ele, apresentou vários atestados de baixa psicológica que foram alternados com notícias de noitadas e actividades afins. Tratou-se em rigor de uma baixa fraudulenta, a que o Estado e o País assistiram impávidos e serenos. O mesmo Jardel e o jogador Anderson Luís de Souza, vulgo Deco, apresentaram pedidos de naturalização portuguesa ao Ministério da administração Interna, que foram despachados favoravelmente em tempo recorde, perante a incredulidade de quem há anos apresentou idêntico pedido e aguarda uma resposta.



ANTÓNIO GALAMBA

A verdade é que dez meses de governação ficam marcados por sucessivos anúncios de medidas para as calendas, por iniciativas do secretário de Estado do Ambiente em antecipação ao ministro e por uma “fantástica” solução para os resíduos industriais perigosos – se não se quer exterminá-los, exportam-se!

O PECADO ORIGINAL DA EUROPA



LUÍS MARINHO

Não nos ofende quem quer... diz o Povo. Pelo contrário.

Todos os que na esteira do "dito" do senhor Rumsfeld, julgaram insultar a "velha" Senhora Europa, lembrando-lhe a idade, prestaram-lhe verdadeiramente uma homenagem...

Porque a velha Europa que quiseram atingir é afinal aquela que aprendeu e pagou, com a morte e com o sangue, as aventuras dos nacionalismos e das hegemonias que sempre encontraram justificação para fazerem a guerra, numa qualquer hipotética *ameaça*.

Desse mal se curaram os europeus desde o fim da última guerra. E se alguma coisa boa floriu dos escombros desse flagelo, foi a de que o futuro só seria possível agregando no interesse comum as expectativas históricas dos Estados nacionais. Unidos, à partida, pela miséria e vivendo em comum humilhações e novas esperanças, depressa perceberam que o único

Por muito que nos queiram dividir, foi a Paz que fundou a Europa e, como dizem os Tratados que a consolidam, foi ela que permitiu uma "União cada vez mais estreita entre os Povos Europeus". A velha Europa que faz sorrir americanos e ingleses tem, como se vê, os seus pergaminhos!

caminho possível era o da reconciliação e da Paz.

Foi esse o *pecado original* da geração da Europa de hoje.

A partir daí foi possível a liberdade, a democracia, a tolerância e a solidariedade. Pouco a pouco estes valores de convivência que a paz garantiu - com a criação do mercado comum, *juntando politicamente vencedores e vencidos* - foram-se espalhando e contaminando o território e os Povos do Continente europeu. Geraram turbulências imediatas na Hungria em 56; na Checoslováquia em 68; na Polónia em 80. Infiltraram a União Soviética de Gorbachev em 87 e fizeram cair o Muro de Berlim em 89. Da mesma forma que tinham desmoronado as ditaduras políticas e militares de Portugal e Espanha em meados dos anos 70.

Por muito que nos queiram dividir, foi a Paz que fundou a Europa e, como dizem os Tratados que a consolidam, foi ela que permitiu uma "União cada vez mais estreita entre os Povos Europeus".

A velha Europa que faz sorrir americanos e ingleses tem, como se vê, os seus pergaminhos! É originária e fiel depositária de uma tradição de Paz e de Direito. E, maior reconhecimento a Europa não poderia ter tido nestes últimos 60 anos de tradição pacífica, que atrair - *apesar de tão velha* - para dentro de si, dezenas de novos países, muitos povos e milhões de futuros cidadãos europeus, todos à procura de uma garantia de Paz, no sentido global da palavra.

Não há amanhã que cantem para outras Europas. A Europa que mobilizou milhões de cidadãos em todas as ruas e praças da União Europeia no último fim-de-semana de Lisboa a Praga, e de Londres a Roma, sem falar de Paris, Bruxelas ou Madrid - não é nova nem é velha. É a Europa que conhecemos, a nossa Europa de sempre, a que se bate pela paz... contra a guerra!

O ESSENCIAL E O ACESSÓRIO



FILIPE NUNES

No final de 2000, depois de um atribulado processo eleitoral, George W. Bush, um subproduto das ideias e interesses da direita radical americana, foi declarado Presidente dos Estados Unidos. Para muitos dos promotores da «manif» portuguesa de sábado, tanto fazia, porque entre Al Gore e Bush não existiam diferenças: o seu candidato era um vegetariano de que já ninguém se lembra. Passados pouco mais de dois anos, as diferenças estão à vista: entre outras coisas não menos graves, Bush ficou à margem do Protocolo de Quioto e não aderiu ao Tribunal Penal Internacional.

No dia 11 de Setembro, foi executado em Nova Iorque e Washington o maior ataque terrorista de que há memória, atingindo milhares de inocentes e os próprios valores das democracias liberais. Para alguns dos manifestantes de sábado, foi motivo para comemorações e justificações.

Logo a seguir, reconheça-se, a posição da Administração americana não foi muito melhor. Em pouco tempo, Bush deu cabo do apoio da comunidade internacional, assumindo, como agora a propósito da questão do Iraque, uma vocação unilateralista que só Blair tem conseguido acalmar (arriscando-se a ser corrido da liderança trabalhista com um golpe palaciano do grupo parlamentar). É desta direita isolacionista americana que vêm pérolas como «Bin Laden vivo ou morto», «o eixo do mal», «aceitamos (sic) o desafio de resolver os problemas do mundo» ou «a velha e a nova Europa».

Mas a Administração Bush não tem estado sozinha nesta tendência para a asneira. Em homenagem à sua História, a Alemanha e a França não podiam ficar atrás. Schroeder parece irremediavelmente condicionado pela estratégia

A unanimidade a que se chegou esta semana em Bruxelas leva-nos a acreditar que, finalmente, o bom senso regressou aos governos europeus: «a guerra não é inevitável», mas, «em última instância», não se pode excluir o uso da força, diz o texto comum da UE.

pacifista das eleições, que, mais do que o beneficiar, acabou por inflacionar o peso dos Verdes, através da legitimação das suas teses mais radicais. E o primeiro-ministro Rafarin, por outro lado, também não resistiu à demagogia, brindando, na semana passada, o mundo com um patético discurso sobre a «grandeza da França» e o seu papel como farol dos manifestantes de todo o mundo - o que só ilustra a decadência em que caiu a política externa francesa.

E se o eixo franco-alemão cavalga unilateralmente no antiamericanismo, o que é que a «nova Europa» faz? Nada melhor que um manifesto escrito a oito mãos, para fazer abortar a política externa e de segurança comum. Durão Barroso, aliás, teve o cuidado de o assinar sem debater previamente a questão no parlamento e no Conselho de Estado, gabando-se dos parágrafos que escreveu e dos telefonemas que recebeu do amigo americano. Para terminar em beleza esta espiral do disparate, Alemanha, Bélgica e França ainda conseguem fomentar a maior crise de sempre na aliança atlântica, vetando a ajuda à Turquia. E Chirac, o «anti-imperialista», ameaça em tom imperial, futuros Estados membros da UE, cujos líderes tiveram a infeliz ideia de estar entre os oito subscritores do dito manifesto.

Em momentos como este é muito fácil confundir o que é essencial e o que é acessório. Mas é essencial lembrar que os EUA são uma democracia que ajudou a Europa a libertar-se dos totalitarismos, a democratizar-se e a recuperar economicamente. É essencial perceber que a defesa da Europa depende da NATO, e que não pode haver uma Europa forte economicamente sem uma política externa e de segurança comum digna desse nome. É essencial reconhecer que o Iraque é uma ditadura, que já invadiu vizinhos e entrou em guerra com outros, violando, sistematicamente, os direitos humanos e as resoluções das Nações Unidas - inclusive a 1441, ao não demonstrar a destruição das armas e ao não facilitar o controlo aéreo do território e as entrevistas aos cientistas, apesar da forte pressão militar. Podemos (e devemos) ter as maiores reservas em relação a Bush, mas, pelo que se sabe, é eleito pelo povo e tem poderes e mandatos limitados. O mesmo não se pode dizer de Saddam.

A unanimidade a que se chegou esta semana em Bruxelas leva-nos a acreditar que, finalmente, o bom senso regressou aos governos europeus: «a guerra não é inevitável», mas, «em última instância», não se pode excluir o uso da força, diz o texto comum da UE. O mesmo bom senso que levou a direcção do PS a demarcar-se de uma manifestação «pela paz», que, pelo menos em Portugal, foi organizada na perspectiva daqueles que estão sempre contra qualquer tipo de intervenção militar, seja no Golfo, seja no Kosovo; seja por legítima defesa, prevenção ou razões humanitárias. Por aqueles que estão sempre prontos para ir dar um abraço às autoridades iraquianas, como fez recentemente uma delegação da CGTP. Na maioria dos casos, por baixo da capa festiva, lá estão o terceiro-mundismo beato e a nostalgia do Bloco de Leste, que hoje se unem em torno da bandeira do regime iraquiano. Às vezes, parece que não mudaram nem aprenderam nada.

O PS não se pode confundir com isto. Como partido de governo, o nosso papel é explicar as nossas razões à opinião pública, dialogar criticamente com os movimentos sociais genuínos e defender - acima de tudo - a legitimidade do Direito Internacional e do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ou seja, distinguir o essencial do acessório.

UISEU

FEDERAÇÃO DEBATE ACTUALIDADE POLÍTICA NACIONAL

Os socialistas de Viseu prometem mobilizar os seus autarcas contra a política insensível e arrogante do Governo de direita, no próximo encontro nacional que se realiza, sábado, em Santarém. A referida distrital do PS está a cumprir um calendário de reuniões com as Assembleias Gerais das concelhias no sentido de contactar o maior número possível de militantes para discutir a organização interna do partido, a preparação das próximas eleições autárquicas, a actividade do Governo e apreciar as principais iniciativas legislativas que o Grupo Parlamentar do PS tem apresentado na Assembleia da República.

Em Tondela, no Encontro de Autarcas Concelhio do passado fim-de-semana, as críticas ao Executivo de Durão Barroso fizeram-se ouvir, desde o aumento desproporcionado de impostos, passando pela diminuição das prestações sociais e dos salários, até chegar aos despedimentos que em Mangualde, Cinfães, Vouzela, entre outros concelhos, têm afectado os trabalhadores ligados ao sector têxtil. As nomeações de familiares dos governantes do PSD e do CDS para a cargos públicos mereceu também fortes reparos dos socialistas de Viseu, que não esqueceram as férias do primeiro-ministro no Brasil em época de "sacrifícios para todos", o negócio que fez com o irmão do empresário que lhas ofereceu e "a venda do País a retalho".

Em destaque esteve ainda a crítica dirigida à nova Administração do Hospital de Viseu que passou de três para cinco elementos, "sendo que um deles tinha saído há dois anos por motivos de reforma e outro é um militar reformado com mais de 70 anos", denunciaram.



LEIRIA

JOSÉ MIGUEL MEDEIROS RECANDIDATA-SE À PRESIDÊNCIA DA FEDERAÇÃO

José Miguel Medeiros vai apresentar amanhã, sexta-feira, a sua recandidatura ao cargo de presidente da Federação distrital de Leiria.

Salientando o "amplo consenso" que a sua candidatura tem gerado entre as estruturas e os militantes da Federação de Leiria, José Miguel Medeiros refere que pretende dar o seu contributo para "uma profunda renovação do PS, nomeadamente através da melhoria da relação do partido com a sociedade civil".

Sobre as principais linhas-força da sua candidatura, José Miguel Medeiros considera que o PS deve liderar no distrito de Leiria a luta por três grandes prioridades: a defesa do ambiente, o combate às assimetrias regionais existentes entre o interior e o litoral do distrito e a criação de uma grande plataforma logística de apoio às actividades económicas do distrito, que passa pela reestruturação da Linha do Oeste e do Porto de Peniche.

O PS, sublinhou ainda, "dispõe hoje em Leiria de uma margem de progressão notável, fruto da perseverança e do trabalho quotidiano de um conjunto dedicado de militantes e simpatizantes, que permitirá ao partido apresentar-se ao eleitorado em próximas disputas eleitorais numa posição de grande credibilidade, propondo políticas mais eficazes e sobretudo mais de acordo com os desejos e aspirações das populações, no quadro de uma aposta num modelo de desenvolvimento sustentado".

CONCELHIA DA MARINHA GRANDE

OSVALDO DE CASTRO QUER PS MAIS LIGADO À SOCIEDADE CIVIL

"É necessário reforçar a influência do PS junto de todos os sectores da sociedade marinhenhense", afirmou o camarada Osvaldo de Castro, recém-eleito presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Marinha Grande.

Na cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos dirigentes da Concelhia, Osvaldo de Castro manifestou o seu orgulho pelas novas responsabilidades que os militantes lhe atribuíram e agradeceu a todos os eleitos a honra de terem aceite o seu convite para integrar uma equipa que vai ter pela frente crescentes responsabilidades na vida política local e nacional.

Osvaldo de Castro exortou ainda a nova Comissão Política a "manter o espírito de crítica, de abertura e de tolerância que têm sido apanágio dos socialistas".



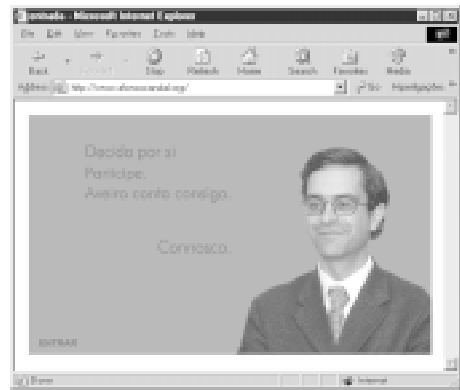
AVEIRO

AFONSO CANDAL PÕE CANDIDATURA NA NET

O "site" oficial da candidatura de Afonso Candal à presidência da Federação de Aveiro do PS já está "on-line", no endereço www.afonosocandal.org

No "site" os interessados poderão consultar o currículo e actividade desenvolvida por Afonso Candal, e tomar conhecimento do programa eleitoral.

Destaque ainda para um espaço onde se poderá questionar o candidato, bem como deixar mensagens de apoio à candidatura.



fórum Autárquico do PS

O ESTADO DO PODER LOCAL

SÁBADO 22 FEVEREIRO 14.30H
CNEMA • SANTARÉM



Partido Socialista

A SEMANA PREVISTA

Ferro Rodrigues responsabilizou hoje o actual Governo pela grave crise económica e social que o País atravessa, no âmbito da interpelação ao Executivo agendada pelo Partido Socialista.

Presidida pelo secretário-geral do Partido Socialista, decorre no próximo sábado em Santarém o Fórum Autárquico do PS sobre o "Estado do Poder Local".

No âmbito das actividades do Gabinete de Estudos do Partido Socialista, realiza-se também no próximo sábado uma reunião do grupo de trabalho sobre Transportes, no Porto.

Com a presença de Manuel Maria Carrilho, a Secção do PS/Benfica e São Domingos de Benfica promove hoje um debate sobre "Cultura e Desenvolvimento".

Na próxima segunda-feira tem lugar a reunião semanal do Secretariado Nacional do PS.

A Federação Distrital de Viseu promove nos próximos dias 24 e 25 de Fevereiro encontros com militantes de Sátão e S. Pedro do Sul para discutir a organização interna do partido, a preparação das próximas eleições autárquicas e as principais iniciativas do Grupo Parlamentar do PS.

Mário Soares participa hoje na apresentação do livro "O Século do Martírio", da autoria do presidente da comunidade de Santo Egídio, Andrea Riccardi.

ACCÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

FEDERAÇÕES DO PS

ALGARVE
TEL 289 82 50 81 FAX 289 81 33 61

AVEIRO
TEL 234 42 83 35/12 / 13 FAX 234 42 83 35

BRAGA
TEL 253 21 76 36 FAX 253 61 66 32

COIMBRA
TEL 239 82 39 11 FAX 239 82 63 29

LISBOA
TEL 21 346 19 65 / 21 346 88 86
FAX 21 342 18 20 / 21 346 20 46

PORTO
TEL 226 05 19 80 FAX 226 05 19 89

SANTARÉM
TEL 243 32 15 44/5/6 FAX 243 32 25 44

SETÚBAL
TEL 265 22 79 98 FAX 265 23 02 90

VISEU
TEL 232 42 51 33/66 08 FAX 232 42 51 33

AÇORES - S. MIGUEL
TEL 296 28 64 91

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



PORTUGAL SOCIALISTA

QUESTÕES EUROPEIAS

Convenção Europeia
Pacto de Estabilidade
Política Agrícola
Alargamento e coesão

Visite-nos na internet
www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvinogilva@partido-socialista.pt

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Virginia Damas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/acciao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa